



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOGRÁFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
A CULTURA DO TABACO EM ANGOLA.....	<i>Ricardo da Silva Pires</i>
PÁGINA LITERÁRIA—A AVENTURA DE ANTÓNIO PAIS....	<i>Angelo Diniz</i>
ASSUNTOS AGRÍCOLAS COLONIAIS—O CULTIVO DA TERRA E A CIVILIZAÇÃO DO PRETO	***
OS LIVROS QUE FALAM DA GUERRA OU OS LIVROS NOSSOS QUE FALAM MAL DE NÓS ESCRITOS POR QUEM NÃO FOI À GUERRA — (A PROPÓSITO DAS «MEMÓRIAS» DE JOÃO CHAGAS E DE UMA CRÍTICA A UM TRABALHO DO AUTOR DÊSTE ARTIGO FEITA NA «PORTUGAL CO- LONIAL».).....	<i>Tenente Mário Costa</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Christian de Caters</i>
COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA — ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES AO ANO DE 1932	***
UMA PÁGINA DE ESTATÍSTICA MENSAL SÔBRE O COMÉRCIO EXTERNO (ESPECIAL) DO IMPÉRIO COLONIAL PORTU- GUÊS — O COMÉRCIO ESPECIAL ENTRE A METRÓPOLE E AS COLÓNIAS E INTER-COLONIAL.....	<i>F. Ribeiro Salgado</i> Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras
ESCOLA SUPERIOR COLONIAL—ESTÁ CORRENDO O PRASO PARA MATRÍCULAS, QUE ABRIU EM 15 E FINDA NO DIA 30 DO CORRENTE MÊS	***
CRÓNICA DO MÊS	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA.....	***

Uma carta mensal

de Portugal

para as **Pelo dr.
Agostinho
de
Campos**
Colónias

DIREITO novo... Direito público renovado...
O que era «direito» para os homens do século XIX (e para os que, como nós, com eles se educaram), considerado «torto» pelas novas gerações do século XX...

Revolução, transformação política e económica, universal ou quasi universal, convencida de estar construindo, aliás com materiais de oposta natureza ou pendor, os alicerces jurídicos e sociais para hoje e para amanhã...

Praticamente: novas lutas civis; novas experiências, novas apalpadelas, novas perturbações, novas dores, novos sacrifícios humanos, exigidos pela deusa arisca da humana Felicidade...

Nos livros e nos jornais, a procissão, ou antes, a cavalcada dos «ismos»: liberalismo, socialismo, comunismo, corporativismo, hitlerismo, fascismo, bolchevismo, absolutismo...

Crépúsculo da Democracia, revisão do Parlamentarismo, agonia dos «imortais princípios», pelos quais se bateram, ainda há um século, os nossos avós, confiados em que davam sangue e vida para construção de eternidades...

Sobrevivências do Passado a emergirem, como ilhas, no oceano agitado pelas revoluções que julgam trazer no seu ventre o Futuro: a Grã-Bretanha, a Suíça, a Escandinávia, a própria França, conservadoras da tradição política; diante delas, a Rússia, a Itália, a Alemanha, Portugal, a Áustria, etc., renovadoras e revolucionárias...

Nesta coexistência, natural mas confusa e confusiva, de revolução e tradição, geram-se em muitos espíritos as perguntas ansiosas: ¿Durará a resistência dessas nações, sempre e por tantas outras consideradas exemplares? Ou ¿serão essas mesmas arrastadas também finalmente pela onda nova e aparentemente tão forte, negadora dos princípios e usos que fizeram o seu equilíbrio, a sua paz, a sua grandeza, a sua exemplaridade?

¿Persistirá a ligação ou confusão cada vez maior do económico e do político, desejada pelo materialismo de Marx, e aceita e levada às últi-

mas conseqüências pelas reacções idealistas(?) de Mussolini e Adolfo Hitler?

¿A revolução generalizada será com efeito «revolução» e virá impor ao Mundo fórmulas inéditas, ou «regressão» e «reacção», em que a vida política e social retome por caminhos que julgávamos andados, e revigore costumes considerados prescritos e proscritos?

Sabemos todos, por milenária experiência dos homens e nunca desmentido ensinamento da História e da própria Natureza, que o que foi jamais voltará a ser.

Mas, se aos seres, às coisas e aos factos que morreram está vedada a ressurreição igual e repetida, os pendores e as correntes teem vida mais dura, e ninguém nos pode afirmar que o que há pouco ainda julgávamos «progresso indefinido» passe a ser na história futura mero episódio fugaz — e «idade aurea» no sentimento e no espírito de outros homens que nascerão para se convencerem de que não podem senão girar circularmente em tórno de um ideal fugitivo.

Erricam-se nacionalismos quasi tribais no momento em que ainda persistem ou estrebucham doutrinas de humanitária amplitude. Simultaneamente, fala-se em desarmamento geral — e rangem-se os dentes de fronteira a fronteira. A paz e a guerra misturam-se nos corações e nas bôcas dos homens que parecem Orates.

Como há quatrocentos anos, queimam-se agora livros nas praças, põem-se à margem da sociedade criaturas de Deus tachadas de vis por motivo de raça, e amarram-se aos pelourinhos infamantes, de cabelo rapado à escovinha, as mulheres da raça «nobre» que tiveram qualquer contacto com homens da raça «vil». Ao mesmo tempo, em certa cidade suíça arvorada em super-capital do Mundo-Unido, reünem-se os representantes das nações para estudarem a «cooperação intelectual» e assegurarem a melhor defesa aos direitos dos «povos oprimidos».

Ainda ontem descobriam suaves pedagogos que era perigoso ou deshumano consentir que os rapazitos de oito anos biincassem com soldados de chumbo; mas já hoje essas mesmas crianças, nessa mesma idade chamada inocente, se reünem em terreiros de exercício militar, onde marcham e contra-marcham, fardadas e apetrechadas, como perfeitos soldadinhos de carne e osso.

Ainda ontem os amigos do Povo se gabavam de anti-militaristas, chamavam aos oficiais e aos

A cultura do tabaco em Angola

POR RICARDO DA SILVA PIRES

NÃO vou fazer, aqui, a história do tabaco em Angola, já, porque ela é desnecessária para o fim que tenho em vista, já, porque em nada interessa ao objectivo que me proponho atingir.

Vem de longe a cultura do tabaco, em Angola, feita pelos indígenas: são recentes as tentativas dos europeus em divulgar esta rica cultura aperfeiçoada, na Colónia.

Infelizmente, estas tentativas, as mais importantes, a do Sindicato dos Tabacos, no Zaire, fracassou totalmente e mais recentemente, a da Coemba Ltd.^a, no planalto de Benguela que não tem ainda obtido resultados apreciáveis.

Estes empreendimentos não falharam por falta dos elementos essenciais—capital, terrenos e clima—, mas talvez por terem iniciado os seus trabalhos pela adopção de sementes de tipos não aclimados os quais, embora adaptáveis, deverão ser lançados por tentativas e depois de bem estudados os climas de origem desses tipos, afim de lhes procurar, aqui, um meio tanto quanto possível aproximado.

De início é indispensável basear toda a acção sobre os tipos de tabacos cultivados pelos indígenas, procurando melhorá-los, tanto quanto possível, dentro de bases científicas.

Seguros do êxito cultural destes tipos que os há indubitavelmente esplendidos, iremos tentando, entretanto, a introdução dos tipos exóticos, provenientes de regiões aproximadas em terrenos, clima e regime de chuvas daquelas em que desejamos exercer a nossa actividade.

Assim, havendo auxílio técnico e financeiro e mercado assegurado, dentro de pouco tempo, a cultura dos tabacos, em Angola, será um facto e ela remunerará, sem dúvida, os agricultores que a ela se abalancem.

Não basta, porém, ter um solo reputado bom, em um clima julgado ótimo, pois são tantos os

factores indispensáveis à obtenção de um bom tabaco, que os dois acima citados—terreno e clima—embora fundamentais, podem resultar absolutamente inúteis. É que os caracteres físicos da planta, bem como a sua composição, não dependem apenas do solo e do clima, mas recebem fortemente a influência dos adubos e dos estrumes aplicados na cultura e muito principalmente, dos cuidados bons ou maus dos cultivadores.

O nosso clima apropriado à cultura dos tabacos, pois existem regiões onde êle cresce quasi espontaneamente e onde há solos esplendidos para esta cultura, não nos fazendo, por enquanto, falta os estrumes e adubações, tem carecido absolutamente dos cuidados e conhecimentos dos indivíduos que se lhe têm dedicado. Com relação aos conhecimentos técnicos destes indivíduos, só temos que abrir excepção para o Sindicato dos Tabacos e Coemba Ltd.^a.

Se são os indígenas que se dedicam a esta cultura, o seu trabalho cifra-se, quanto à plantação, na maioria dos casos a colocar na terra as plantas provenientes das sementes que a colheita anterior espalhou pelo solo. Por esta forma, nem houve o cuidado de escolher as plantas mais robustas para obter as sementes, como é indispensável, nem as dificuldades de preparação dos alômbros, tão minuciosas e difíceis, nem qualquer critério na transplantação e escolha do terreno, que tanto influem no desenvolvimento futuro da planta e na qualidade e valor do tabaco a obter.

Como dará uma planta, assim abandonada a si mesma, uma qualidade de tabaco com folhas de bom aroma, de boa e fina contextura e, sobretudo bem doseadas em nicotina, de paladar agradável e de boa combustibilidade?

E quando a folha da planta, bem ou mal madura, embora o estado de perfeita maturação seja tão importante para se obter um bom tabaco, é co-

soldados «frades de correia» e afirmavam que os exércitos serviam apenas para defender o Capital; e já hoje, na Rússia exemplar, governada por autênticos amigos do Povo, o pobre Povo passa fome e frio de cão, enquanto se alimenta e se veste bem um dos melhores exércitos desta época de agora, armado e equipado pelo Capital — e destinado a atacar o Capital.

E em Roma (como sempre desde que o Império Cristão sucedeu ao Império Romano) continua a haver um Papa, vigário do Cristo na Terra. Mas, por um lado, o espírito cristão está tão abalado entre os homens de agora, que a Cabeça do Cristianismo deve pôr, aflita, as mãos em si própria, visto e provado que não consegue ter mão em nós todos; por outro lado ressurge

em Roma o César Augusto, que procura e promete restaurar o Império Romano de outrora, o que deixa aos Cristãos a esperança de poderem gozar outra vez o usufruto das catacumbas...

... Tal é o divertido espectáculo que o mundo actual anda oferecendo a certos olhos. Esses olhos são dos que não querem fechar-se para não ver, e desdenham pôr óculos com que vejam a côr que está nos vidros apenas.

Mas é muito possível que vejam mal. Pode ser que a Verdade não tenha esta horrível figura de Medusa. E pode ser também que Deus esteja agora escrevendo direito por linhas ainda mais tortas do que aquelas em que temos lido as suas obras sempre misteriosas.

lhida e passa a sofrer as tão difíceis e meticolosas operações da secagem e fermentação, é espantoso, como operações tão melindrosas são realizadas pelos indígenas.

Se lemos os tratadistas da especialidade ou possuímos alguns rudimentos sobre tão difíceis trabalhos e nos abalançamos, como eu já fiz por diversas vezes, a atravessar uma região de cultura de tabaco indígena, em época de colheita, pasma-se, como esse tabaco, assim tão mal tratado, ainda pode vir ao mercado e contribuir condignamente para as misturas dos tabacos que fumamos. Mas, se esses tabacos indígenas, sofrendo tão horrorosos tratamentos vêm ao mercado e ainda, felizmente para a Colónia, fazem figura, como não devemos nós esperar que uma cultura, científica, racional e por processos técnicos, nos venha a dar tabacos óptimos?

Seja-me consentido comparar aqui, o que se passa ao norte de África, na Argélia, onde há uma política de fomento feita pela sua Metrópole, a França, tão diferente da nossa. De um tratadista da especialidade, e note-se, que é um francês, transcrevo o seguinte:

«De uma maneira geral, os tabacos de origem Argeliana, em folha, carecem de aroma, de sabor, de força e de combustibilidade. Só a mistura de uma forte percentagem de tabacos exóticos pode permitir uma manipulação apropriada ao gosto dos fumadores coloniais ou estrangeiros».

A-pesar-disso chamo a atenção para estes números: Em 1843 ainda não havia cultura de tabacos propriamente dita, na Argélia, porém, passados 15 anos esta Colónia fornecia à Régie Francesa 3.000 toneladas de folhas de tabaco. Em 1930 data do livro de onde extraí estes números, já a Argélia produzia 22.000 toneladas, dedicando-se a esta cultura 20.000 agricultores. Pois a-pesar-de um progresso tão nítido e importante, a França através da Régie, não deixa de os proteger e eles, ciosos do êxito conquistado, crescendo sempre em número e alargando constantemente as suas plantações, prometem dentro dos próximos 15 anos, elevar a sua produção para 30 a 40.000 toneladas.

É muito desolador para nós, um confronto entre a política de fomento seguida pela França, para com a sua grande Colónia da Argélia, a qual não se limita só a esta e o que fez o nosso Governo junto das suas grandes e ricas Colónias e perante as qualidades incontestáveis de trabalho dos seus abnegados colonos. Esse confronto é tanto mais doloroso, quanto é forçoso constatar que a acção da Metrópole Francesa se exerce junto de colónias onde os próprios franceses confessam as más qualidades dos produtos obtidos, demais trabalhando-se, já, por processos bastante aperfeiçoados, em comparação com os resultados verificados pelo testemunho de todos os fumadores, que têm podido apreciar os produtos de Angola, obtidos sem qualquer ensinamento técnico e pelos processos mais atrasados e rotineiros possíveis.

Terei ocasião, durante este trabalho, de tornar a referir-me à salutar política económica e de fomento da França e de outras nações, para com as suas colónias, neste ramo da sua actividade.

Se desviarmos, por um momento, a atenção dos horrendos processos de cultura e preparação do tabaco dos indígenas (dos quais, digamos em abono da verdade, eles não têm culpa) e a fixarmos nos

pequenos agricultores europeus, que num louvável propósito, têm tentado esta rica cultura, não encontramos, infelizmente, melhores processos. Até mesmo, tristíssimo é dizê-lo, desajudados de qualquer directriz técnica, se têm servido de indígenas para orientadores das suas modestas tentativas. Mas onde irão esses agricultores buscar elementos? Não há técnicos de cultura de tabacos na Colónia e nada há também publicado a seu respeito. A minha firma tentou, há algum tempo, editar um trabalho de divulgação adaptado ao nosso meio, mas a morte do agrônomo que o estava elaborando, levou-a a desistir de tão útil propósito. Há, é certo, algumas publicações estrangeiras da especialidade, mas escritas para regiões, tantas vezes diferentes em clima, regímen de chuvas e de solo, que as experiências baseadas nos seus ensinamentos têm resultado, quasi sempre, ruinosas e inúteis. Além disso escritas em lingua estrangeira, não estão ao alcance dos conhecimentos da maioria desses agricultores.

É deveras desolador para todos os colonos que se interessam pelo progresso e riqueza das Colónias que a Metrópole tenha tratado um assunto tão importante com o abandono, direi mesmo desprezo, com que sempre tem encarado este, como tantos outros interesses vitais das Colónias. Se lançamos a vista sobre as estatísticas da Metrópole e verificamos que a sua importação em folhas de tabaco, nos anos de 1928, 1929 e 1930, foi de 68.654.644\$00 e em manipulados de 10.727.364\$00 e que estes números não representam a verdadeira posição do consumo Metropolitano, pois que ele deve orçar, na realidade por 30.000 contos por ano, seremos forçados a confessar que, em muito pouca conta, tem a nossa Metrópole os seus interesses e os das suas Colónias que são também seus.

Para quantias tão avultadas, é tristíssimo constata-lo, as nossas Colónias apenas contribuíram, nos referidos 3 anos, com 5.190.269\$00 ou sejam pouco mais de 6 % de tão importantes cifras. E, ainda assim, para que se verifique este insignificante resultado, não se julgue que contribue para ele qualquer interesse patriótico ou de incentivo governamental o qual se tem limitado a um bonus de 10 % sobre os direitos de importação em Portugal, do qual o colono nada recebe.

Pode talvez julgar-se que as pessoas ou entidades ligadas a este ramo de negócio, se não têm interessado pela admissão dos tabacos coloniais pela indústria Metropolitana.

Assim não tem sucedido, visto que desde 1923 que eu venho pugnando por este magno assunto, junto de todos os Altos Comissários, Governadores Gerais, Ministros das Colónias e Finanças, e ainda, junto de S. Ex.^a o actual Presidente da República, quando da criação, na Metrópole, do regímen de tabacos que ali vigora, actualmente. Em Portugal, excepto junto de S. Ex.^a o actual Ministro das Colónias, abandonei o assunto após o contrato que estabeleceu o referido regímen dos tabacos.

Antes, porém, a Associação Comercial de Luanda, o Ex.^{mo} Sr. Alto Comissário, Vicente Ferreira, o Governo de Moçambique e muitos agricultores, e principalmente o falecido Ministro das Colónias, João Belo, todos se ocuparam com grande empenho, junto do Ministro das Finanças de então, general Sinel de Cordes, para que este, aproveitando a única e vantajosa oportunidade que se lhe oferecia, quando foi

criado aquele regímen, estabelecesse uma justa e indispensável protecção aos tabacos coloniais.

Este, porém, resistindo a tôdas as sugestões e representações, opôs-se sempre e criou às Colónias uma difícil situação que por muitos anos as prejudicará fortemente e lhes dará mais um motivo de descontentamento contra a Metrópole, se entretanto, a sã e justa política, que se está iniciando, não estudar e estabelecer qualquer modalidade que ponha termo a tão nefasto e prejudicial estado de coisas.

Durante o período mais agitado da discussão do actual regímen dos tabacos, na Metrópole, eu tratei a defesa dos tabacos coloniais com o maior dos interesses, riscos e despesas, junto de todos os deputados e senadores, ministros, na imprensa e realizando exposições de tabacos da Colónia, em Lisboa, o que até me valeu um processo alfandegário, movido pelas alfândegas dali, parece que por imposição do Governo de então.

Não cito estes factos para conquistar os agradecimentos da Colónia, porque do esforço dispendido e do dinheiro gasto, sinto-me bem pago pela certeza de ter cumprido o meu dever.

Se, porém, me refiro a estes factos, é apenas para procurar que nas lições do passado, a boa vontade que sinto manifestar-se no Governo actual, alguma coisa de útil e proveitoso ali possa ir buscar para a necessária e conveniente solução do assunto.

Volto porém ao objectivo principal d'este trabalho. O desideratum dos coloniais não deve ser só cultivar tabacos, mas principalmente cultivar tabacos commerciáveis e encontrar-lhes mercado fora do estreito e limitado campo que lhes oferecem as nossas Colónias.

São conhecidas as barreiras alfandegárias levantadas aos tabacos em todos os países que monopolizam a sua indústria ou o seu comércio e a defesa que fazem dos seus tabacos os que têm Colónias ou produção nas suas terras e daí, as dificuldades que encontram tôdas as Nações, que pretendem lançar nos mercados doutros países os tabacos provenientes de regiões ainda não registadas como produtoras de tabaco nos mapas do Mundo e cujos produtos ainda não obtiveram cotações nos grandes mercados da especialidade.

Mas os países que organizam a sua defesa aduaneira por uma maneira feroz ainda criam para os tabacos de produção interna ou das suas Colónias uma protecção directa e eficaz, ou pela admissão taxativa nos seus lotes de percentagens avultadas das suas colónias (a França impõe à sua Régie a mistura nas suas manufacturas de 20 % dos pobres tabacos da Argélia) ou pela criação de bonus alfandegários, como a Inglaterra, que em 1925, decreto da *Imperial Preference* mandou beneficiar nas suas alfândegas os tabacos em folha dos Domínios, suas Colónias e Protectorados, com 25 % dos direitos que incidem sobre os tabacos provenientes do estrangeiro.

A França já em 1718 concedia o fabrico exclusivo de tabacos à Companhia do Ocidente por uma renda avultada e com a obrigação de consumir os tabacos das suas colónias e fomentar nelas a sua cultura. Depois em 1858, o Sr. Humbert dirigia um apêlo ao Príncipe Napoleão, então encarregado do Ministério da Argélia e das Colónias na revista colonial, sob o título as *Colónias e o Tabaco*.

Em 1861, o director-geral dos tabacos, Sr. E. Roland, convidava os plantadores coloniais franceses a

adoptarem os métodos seguidos na Havana, dos quais lhes fazia a descrição numa «carta comum» das mais instrutivas.

Em 1882 foi criada junto da Exposição Permanente das Colónias, uma sub-comissão dos tabacos que tinha os mais extensos poderes para profundar a questão dos tabacos coloniais e estudar os meios próprios de a fazer vingar. Nos seus estudos, esta sub-comissão chegou, entre outras, à seguinte e importante conclusão: «*Que o único meio eficaz de animar a cultura dos tabacos entre os indígenas, consiste em encarregar um técnico de realizar as compras nos locais da produção, como a Régie o fez em Cuba*».

Foi também esta, depois de muito trabalho, a conclusão a que cheguei para que se pudesse intensificar, por processos aperfeiçoados, a cultura junto dos indígenas, verificando que além da compra das folhas aos indígenas por um técnico para este as secar e fermentar, é indispensável também que elle os acompanhe desde a escolha das sementes adaptáveis ao clima e solo onde trabalham, à sua sementeira e desenvolvimento da planta até à maturação. Baseado nestas conclusões, contratei um técnico que já tenho trabalhando e realizando os primeiros e indispensáveis ensaios.

Além do que acabo de expor, para se poder avaliar até onde a França leva o seu interesse pelo desenvolvimento da cultura dos tabacos nas suas colónias, vou transcrever para aqui algumas passagens de um livro recente, publicado por dois técnicos franceses. Faço também estas transcrições porque, no geral, elas se adaptam com um rigor quasi absoluto às necessidades das nossas Colónias e suas relações com a Metrópole.

Dizem elles na referida obra: «*Importa, com efeito, antes de mais nada, encarar a produção colonial dos tabacos sob o ponto de vista das necessidades da Metrópole, com a certeza de que os interesses desta são também os das Colónias, na medida em que a produção, isto é, as possibilidades da venda são condicionadas pelas da compra e do consumo. Mas, poderá perguntar-se se o desenvolvimento da cultura tabaqueira nas nossas Colónias dependerá sobre tudo das necessidades e exigências da Régie? Não haverá outros mercados além dos da Metrópole, nem outros consumidores senão as fábricas do Estado? Seguramente que sim.*

De facto, fora o consumo local, a produção nunca alimentou estes mercados e nenhum incentivo ou desenvolvimento da cultura resultou do comércio estrangeiro, demonstrando isto que estes mercados não oferecem vantagens suficientes e que os produtos não podem entrar em concorrência com os já sufficientemente cotados.

Os interesses imediatos da Colónia, é necessário reconhecê-lo, não estão sempre directamente de acôrdo com os da Metrópole e se os nossos tabacos coloniais encontrassem fora da França um consumo importante, não teríamos senão que os felicitar.

Como assim não acontece e sem pretender que é dever das Colónias produzir exclusivamente tabacos para a Metrópole, constatamos que é esse o seu interesse, na situação actual, mas que, ao contrário e por sua vez é dever e interesse da Metrópole ajudar, por medidas apropriadas, o desenvolvimento da produção nas Colónias, estando bem certos de que além do interesse fiscal, há um argumento de ordem sentimental e moral.

Há outra consideração a fixar desde que se trata da Metrópole e da afinidade com as suas Colónias. Se a Mãe-Pátria tem o direito de contar com o reconhecimento das suas filhas-Colónias, não poderia sem inconvenientes reciprocos, usar muito estreitamente d'este direito, logo que se trate de interesses económicos. Por outras palavras e na espécie, se se deseja que as Colónias produzam tabaco para a Régie Francesa, pode e deve-se ajudá-las e animá-las a produzir igualmente tabaco para consumo local ou de tipos aceites por outros consumidores estrangeiros.

De maneira que, se tais territórios se mostram aptos a produzir tabacos encorpados do agrado dos indígenas, que na sua falta os importam do estrangeiro, como o fazem certas Colónias nossas de África, devemos incitá-las a produzir estas qualidades, em lugar de as empenhar em correr o risco de culturas mais difíceis e menos remuneradoras.

De outro lado, se, em consequência da vizinhança ou doutras causas económicas, a venda do produto está mais assegurada e é mais remuneradora num raio menos longínquo que a Metrópole, nós não devemos por isso, esforçar-nos menos para que a cultura tabaqueira se desenvolva numa Colónia que pode enriquecer sem que a Metrópole disso beneficie directamente.

Já em 1910, na sua sessão de 25 de Fevereiro, o Parlamento sob proposta dos Srs. Archambaud e Gérault-Richard, Sevére e F. Deloncle, adoptou um projecto de resolução convidando o Ministro das Finanças a reservar a título de indicação, nos créditos consignados à compra de tabacos exóticos, uma soma de 10.000 francos, a-fim-de estudar os meios de aprovisionamento nas Colónias Francesas.

Foi nesta época que se iniciou a acção de um órgão técnico, criado havia alguns anos e funcionando na direcção das Manufacturas do Estado, no Ministério das Finanças, sob a designação de Comissão Permanente Inter-Ministerial dos Tabacos Coloniais.

Esta comissão presidida por um conselheiro de Estado, compreende também competências técnicas e administrativas dos dois departamentos Ministeriaes das Finanças e Colónias, encarregadas do estudo de todas as questões relativas ao estado actual da cultura tabaqueira nas Colónias Francesas, às suas condições territoriais e fiscaes, às possibilidades do seu desenvolvimento e a todas as medidas a tomar ou pelo menos a determinar, para lhe favorecer o aumento, o rendimento ou a qualidade.

Os seus primeiros trabalhos datam de há uns 15 anos e tiveram, então, por fim conhecer o estado das culturas locais e a qualidade dos seus diversos produtos.

Além de outros serviços assinalados a seguir descritos, propôs à administração das Finanças, a título de primeiro ensaio prático, a compra de quantidades notáveis de tabacos coloniais.

Pôs à disposição das administrações locais e dos plantadores coloniais variedades de sementes estrangeiras que julgou susceptíveis de dar bom resultado.

Guia com as suas informações e conselhos aos plantadores na conduta dos seus ensaios ou métodos de cultura.

Criou, no Instituto Nacional de Agronomia Colonial para uso dos alunos um curso especial, teórico e prático, da cultura e preparação do tabaco, com o fim de dar aos futuros colaboradores dos Serviços

Agrícolas, assim como aos eventuais chefes de cultura de empresas privadas, os conhecimentos técnicos indispensáveis.

Mandou publicar, para uso dos plantadores coloniais, uma monografia redigida por um dos seus membros técnicos, sr. E. Falletti, na qual foram resumidos os conhecimentos essenciais que devem guiar toda a empresa de cultura racional.

O sr. Martín, técnico de tabacos, chefe de uma missão de estudos, delegado da Metrópole junto das Colónias, diz que os tabacos indígenas convenientemente seleccionados, cultivados e trabalhados, são de princípio as variedades em cuja cultura deve insistir-se, emquanto não se consegue um conhecimento exacto do solo e do clima para a adaptação das variedades exóticas.

O mesmo sr. obteve resultados muito interessantes, não só devido à aplicação de métodos de cultura e preparação aperfeiçoados nos quais iniciou os indígenas, mas também organizou nos centros de produção, em consequência da influência que adquiriu sobre eles, cooperativas de produção que permitiram a construção de secadores e de armazéns de fermentação, necessários à preparação de um tabaco de qualidade e dos quais o produtor individualmente não poderia suportar as despesas.

O plantador indígena não construía secador para a sua colheita, a secagem das folhas era obtida por uma estadia de 8 dias, o máximo, no interior da casa de habitação. A missão Martín, chegou, por uma activa propaganda, a modificar estes processos defeituosos de cultura. O melhoramento traduziu-se pela produção de tabacos de pique muito bem aceites pela Régie.

É de esperar que se venham a obter tabacos de qualidade superior para capa e aromáticos, no dia em que os ensaios de cultura, científicos, tenham permitido determinar com precisão a variedade de cultura a realizar, segundo a natureza do solo e climatologia local.

O sr. Martín preconizou também a criação de um programa judicioso de cultura, de produção das sementes e organização das compras.

Este enorme interesse manifestado pela França no desenvolvimento da cultura do tabaco, nas suas Colónias, que encontramos através da transcrição que acabo de fazer, revela-se muito especialmente por um grande cuidado e carinho no aperfeiçoamento das culturas indígenas. Parece-me que também, sem desprezar o necessário auxílio ao pequeno agricultor europeu, nós devemos dedicar todo o esforço possível para conseguir que os Governos e particulares conjuguem a sua acção para fomentar, desenvolvendo-a, por processos de cultura aperfeiçoados, os rudimentares trabalhos dos indígenas nesta especialidade.

O que a mesma transcrição nos revela em relação à forma de cultura e preparação dos indígenas das colónias francesas é, pouco mais ou menos, com desvantagens para os nossos indígenas, o que por cá se pratica.

Se uma política de fomento da cultura e preparação dos tabacos, bem orientada, fôsse estabelecida e desenvolvida, junto dos indígenas, estou certo de que em poucos anos, as Colónias não só abasteceriam o mercado da Metrópole, mas ainda poderiam levar os seus tabacos aos mercados estrangeiros.

É que, sem alguns anos de cultura e preparação

com vendas asseguradas para as ramas obtidas melhores ou piores, é impossível levar tabacos aos mercados estrangeiros, porque lhes falta ainda o nome e a cotação remuneradora indispensáveis.

Para se poder avaliar as possibilidades, só de Angola, passo a citar os números da produção da região de Ambaca que entrou no mercado do litoral, sem contarmos, portanto, com as quantidades consumidas pelos indígenas, que também são importantes:

1927/28.....	451	Toneladas
1928/29.....	890	»
1929/30.....	831	»
1930/31.....	615	»
1931/32.....	250	»

se estes números nos dão uma ideia da grande importância que pode vir a ter a cultura dos tabacos em Angola, eles levam-nos também um assustador decréscimo de produção que se justifica pelo desinteresse dos compradores em adquirir um produto para o qual não têm mercado e ainda a propaganda intensa e anti-patriótica feita pelas missões protestantes americanas, que na região de Ambaca dispõem de grande influência, contra a cultura e consumo dos tabacos, dizendo aos indígenas que os cultivadores de tabaco e seus fumadores ou mesmo os simples detentores, não têm entrada no reino de Deus.

Se não protegemos esta cultura, será mais uma grande riqueza de Angola perdida.

Pelos números que antes referi, a respeito da Metrópole, ficámos conhecendo as avultadas cifras do seu consumo de tabacos, mas infelizmente não é só este mercado que se nos encontra fechado, visto que as nossas Colónias, ao norte de Angola, também poderiam contribuir para a manutenção e desenvolvimento da cultura de tabaco, pois que o seu consumo no ano de 1928 orçou por 4.000 contos, sendo a cifra principal de tabaco em folha.

Não são, porém só estes mercados que poderiam abrir-se às culturas de Angola, se atendermos a que as colónias estrangeiras que nos ficam ao norte, consomem alguns milhares de toneladas de tabaco em folha, que importam da América, possuindo nós terrenos esplêndidos para as qualidades ali preferidas.

Não se vá julgar que, se nos dedicarmos a uma cultura intensa de tabacos, depois de abastecido o mercado da Metrópole, poderemos ficar com a nossa produção por vender, tudo porém dependerá das qualidades cuja cultura desenvolvermos, pois que o consumo mundial absorve quantidades cada vez maiores e tão grandes que se cifram em número como os seguintes:

Média da produção nos anos de 1909 a 1913 1.437.300 toneladas e nos anos de 1923 a 1925 2.080.100 toneladas.

Do exposto concluo que se torna absolutamente indispensável e urgente que os Governos da Metrópole e da Colónia adoptem medidas tendentes a modificar o actual estado de coisas e a tornar possível uma intensa e racional cultura e preparação de tabaco em Angola. Para esse efeito proponho a adopção das seguintes medidas a pedir àqueles Governos:

1.º A dificuldade de um mercado certo e garantido para as folhas de tabaco produzido, visto que cada mercado tem os seus tipos preferidos e não vai fazer experiências com tabacos novos, sem que qualquer mercado os tenha experimentado e tornado conhecidos, tem sido o grande obstáculo a ensaios sé-

rios e aturados desta rica cultura na Colónia. É, por isso, indispensável que o Governo da Metrópole imponha às fábricas de tabaco dali, a compra, desde já, de todo o tabaco existente nos armazens do comércio da Colónia e depois lhes imponha também o consumo anual, no seu fabrico, de determinadas quantidades destes tabacos. Que esta percentagem, começando em 20 %, fôsse aumentando até atingir o máximo admissível nos lotes realizados nas fábricas, sem prejuízo do paladar do fumador.

2.º Que se promulguem leis tendentes a conceder tôdas as facilidades possíveis dentro das leis vigentes ou outras que para o efeito se tenham de promulgar, aos indivíduos ou entidades, que pretendam honestamente fomentar a cultura dos tabacos junto dos indígenas, visto ser este processo a base essencial e fundamental do desenvolvimento desta cultura na Colónia.

3.º Que tal legislação deve conter facilidades que correspondam à soma de encargos que têm de ser pedidos aos indivíduos ou entidades que se dediquem a este negócio, pois que pela sua própria natureza ele impõe várias obrigações que implicam fortes despesas e imobilizações.

4.º Que a legislação a promulgar seja idêntica à que existe sobre a cultura do algodão, bem entendido, com as modalidades próprias da cultura dos tabacos.

5.º Que sendo também indispensável promover o desenvolvimento da cultura junto dos pequenos agricultores, que os Serviços de Agricultura e Comércio sejam dotados com técnicos especializados em tabacos, sementes e possibilidades de publicar folhetos de ensino e propaganda para distribuir pelos interessados.

6.º Que aos agricultores e exportadores que traem os seus tabacos por processos aperfeiçoados seja concedido um bonus que permita compensar as enormes despesas e contratempos que resultam da adaptação de uma cultura nova. Um pequeno aumento de direitos sobre os tabacos estrangeiros importados na Metrópole e Colónias pode cumprir as verbas necessárias para esse bonus.

7.º Que os tabacos exportados para a Metrópole sejam ali vendidos pelos preços das qualidades congêneres do estrangeiro e, enquanto outro regime não é possível, que o bonus alfandegário de 10 % que ali é concedido às ramas coloniais, seja, desde já, entregue ao agricultor ou exportador colonial.

8.º Que se criem prémios para conceder a título de estímulo aos agricultores ou indivíduos que trabalharem junto dos indígenas e que mais se distingam pela qualidade e quantidade de tabaco produzido.

9.º Que não seja consentida a exportação de folhas de tabaco que não estejam devidamente seleccionadas e dentro de tipos a criar pelos Serviços de Agricultura e Comércio logo que sejam lançadas as bases de uma cultura científica e à medida que a cultura for fixando e criando esses tipos.

10.º Estabelecer uma defesa adequada aos tabacos coloniais nas colónias ao norte de Angola, onde a venda de tabacos estrangeiros e manipulados, à excepção para estes do mercado de S. Tomé ocupa quasi exclusivamente aqueles mercados.

11.º Que sejam estabelecidos fretes mais baixos para as ramas no Caminho de Ferro de Luanda e que se procure obter uma taxa equitativa nos vapores da Companhia de Navegação, visto que a actual é muito violenta.

Luanda, 25 de Junho de 1933.

Página literária

QUANDO a noite caiu sobre o primeiro dia de viagem o António Pais sentia-se exgotado.

Tinha marchado trinta quilómetros duros e intermináveis através de terras calcinadas, áridas, minadas de sede. De tempos a tempos uma árvore isolada dava a nota duma luta angustiosa entre um ser vivo e um meio hostil à vida. No fundo dos vales refugiavam-se arbustos e maciços vegetais, explorando como podiam uma frescura pobre e desanimada.

Logo que o sol se ergueu um pouco no céu, a temperatura começou a tornar-se insuportável. O ar entrava-lhe nos pulmões afogueado e denso, cáustico e compacto, sugando-lhe todo o ânimo, secando na sua vontade débil e inexperiente toda a frescura.

Helena, deitada na tipóia, sorria sempre e dizia-lhe palavras de conforto. Por vezes insistia em acompanhá-lo a pé; e de tanto folgar e rir, conseguia desanuviá-lo um pouco.

Os pretos resfolegavam como máquinas.

Durante a sesta, na sombra escassa em que se acolheram, foram ainda os cuidados da francesinha quem acudiu aos desmoronamentos morais do alferes. Ela suportava tudo com aquele heroísmo, aquela força extranha que existe na fragilidade, quasi doentia, de certas mulheres.

O que sofreu, na ordem moral com as dúvidas, os pavores, as amargas surpresas e os negros receios; na ordem física com o calor, as marchas, os mosquitos, se não fora o amparo constante, maternal quasi, da rapariguinha débil, cuja figura airosa e magra parecia a da própria fraqueza.

O homem forte, vigoroso, que sobre o arcaboço robusto vestia uma farda militar teria sucumbido, ou pelo menos, teria descido aos mais fundos desalentos, se não fora o amparo constante, maternal quasi, da rapariguinha débil, cuja figura airosa e magra parecia a da própria fraqueza.

Quando o poente africano fez do céu um quadro fantástico de cor — púrpuras, ouros, azuis celestes — com a exuberância, a riqueza e o encanto que tem a agonia dos dias tropicais, Helena bateu as palmas, em adoração pagã e sentiu profundamente aquela felicidade que a beleza concede às almas inocentes dos artistas. O António Pais, indiferente, apenas pensou na noite misteriosa que ia cair — a noite de África tal como elle a imaginava: endemoninhada, com ataques de feras raivosas e traições de pretos selvagens. Olhou para os carregadores esfaldados, hediondos, com largas de pastas de pó e suor coladas aos troncos negros, com o olhar mortico e em-

A AVENTURA

DE

ANTÓNIO PAIS

POR ANGELO DINIZ

III

brutecido pelo esforço físico; olhou depois em volta e viu os vales que começavam a encher-se de frias escuridões, as árvores mirradas que tomavam atitudes trágicas de fantasmas, os troncos partidos que pareciam figuras descompostas de caminheiros alucinados. O horizonte esfumava-se cada vez mais, apertava-o num círculo que se estreitava rapidamente. Teve medo: um

mêdo pavoroso que o seu brío, a sua galhardia romântica e a presença duma mulher mal conseguiam occultar.

Depois fechou-se completamente a noite. As faces dos negros em volta da fogueira finham expressões canibalescas. Na densa escuridão que os envolvia o silêncio era cortado por uivos dos *mabécos* e vozes plangentes das aves notívagas. De tempos a tempos um grito lancinante de animal bravio, um urro vibrante, sons mal definidos faziam pressentir os dramas brutais e misteriosos da selva.

Não pôde dormir. Com as mãos ferradas na espingarda, os olhos muito abertos, o ouvido à escuta passou por todas fases do pavor.

Preguntava de vez em quando à companheira: — Não tens medo?

E só porque ella lhe dizia que não elle se esforçava por parecer que não tinha medo também.

Três dias mais tarde choveu. Todo o céu era uma grande catarata donde as águas se despenhavam com fragor. Em poucos minutos formavam-se correntes impetuosas e a água subia inundando tudo: Passaram uma noite encharcados, com a ansia de ver nascer o dia — uma noite longa, interminável, angustiosa.

Atravessaram pântanos donde subiam miasmas fétidos e nuvens de mosquitos. O António Pais teve as primeiras febres: delirou, sofreu como rebento novo que mal resiste aos embates da ventania.

E a francesinha sempre terna, sempre amorosa, passava sobre todas as agruras e dificuldades milagrosamente: também a sua pele esmorecia e os seus olhos se recolhiam no fundo das órbitas, também o seu corpito se mirrava dentro dos vestidos já amarrotados e sem elegância — mas o seu sorriso era sempre claro e animador, as suas palavras sempre frescas e alegres.

Passados dois meses andavam ainda. O António Pais, adaptado, renascia. No próprio físico acentuavam-se caracteres viris que estavam por definir. Tinha ganho coragem, resistência, dureza — e começava

(Conclue na página 13)

Assuntos Agrícolas Coloniais

O Cultivo da Terra e a Civilização do Preto

TODOS nós sabemos que a prosperidade de um povo é função da força do seu trabalho na terra.

Tal como na Metrópole a tendência de todas as pessoas é a de fugir ao cultivo da terra para o trocar pelos serviços de funcionalismo público; nas Colónias dá-se precisamente o mesmo caso, pois que a maioria dos europeus que para elas emigram, são funcionários públicos e os poucos que se dedicam à agricultura são perseguidos pelo funcionalismo administrativo e desprezados até pela sociedade, em vez de ajudados na tarefa tão cheia de sacrifícios a que se votaram.

Entre os pretos o mal já vai tomando raízes. Assim, o indígena que se dedica aos serviços domésticos, ocupa o lugar de contínuo, ou outro qualquer serviço na cidade, despreza o que se emprega no cultivo da terra alcunhando-o de *carregador*, negando-se a exercer a sua actividade em trabalhos agrícolas e preferindo a vadiagem na cidade a tal mister.

Criaram-se Escolas Primárias Indígenas, mas não se ensina aos indígenas a cultivar a terra. Em nosso entender e com o fim de ministrar ao indígena as duas espécies de conhecimentos úteis, sem que ele abandonasse a agricultura, devia ser criada também uma assistência agrícola, uma vez reunidos os povos em lotes de trabalhadores.

Dêste modo, o desenvolvimento da Província de Moçambique, cuja base fundamental é o cultivo da terra, seria um facto, devido ao aumento da sua produção.

Se não estamos em erro o número de indígenas condenados e desterrados que andam pela Província, entregues ao Governo, e sem que nada de útil produzam, no que respeita ao progresso e desenvolvimento do cultivo da terra, deve andar por 500 a 600 pretos.

S. Ex.^a o Ministro das Colónias sr. dr. Armindo Rodrigues Monteiro, porém, apreciando o valor riamente prático e económico do projecto que lhe foi apresentado sobre a instituição de *Colónias Penais Agrícolas Indígenas*, hade por certo dar-lhe o andamento de que carece, dados, o seu largo alcance e a sua finalidade que é do seguinte teor:

«Conseguir que os indígenas se bastem a si próprios, procurando despertar neles o sentimento e a dignidade de viverem do seu trabalho, pondo-os em contacto com os hábitos e costumes do europeu; fazendo-lhes ver como elles devem viver do trabalho de modo a que elles obtenham a verdadeira consciência do seu valor; dando-lhes boas condições de vida e desviando-os do meio selvagem e mostrando-lhes as possibilidades de uma área em produção.

«Prestar aos indígenas toda a assistência moral, no sentido de os desviar da senda do crime. Incitá-los a ter amor à terra pela força do trabalho, pois que elle é a base fundamental do progresso dum povo.

«Incitar os indígenas à formação de aldeias indí-

genas, ajuntamentos de povos de forma que elles deixem de viver em meios selvagens, entre florestas e dispersos.

«Orientar o indígena nos trabalhos agrícolas de modo a fazer dele um pequeno agricultor e assim torná-lo útil, a si e à colónia, contribuindo para a fixação da propriedade e para a sua valorização social.

Nas Colónias Penais Agrícolas Indígenas, deve haver assistência agrícola e sanitária, ensino primário, artes e officios.

Ao mesmo tempo prestar-se-á um grande serviço ao progresso da civilização, formando-os em agrupamentos de aldeias, que tenham por missão cultivar a área inculca em que vivam, com os processos mais modernos.

Na criação de estabelecimentos desta natureza, deve ministrar-se todo o ensino tanto agrícola, como industrial e comercial.

O futuro do Império Colonial está na colonização, cultivando-se as regiões onde o europeu se pode aclimatar e fixar, como sejam Ribaué, Malema, Milango, Vila Cabral, Lago, etc., etc.

Estamos certos que toda a acção de S. Ex.^a o Ministro das Colónias sr. dr. Armindo Rodrigues Monteiro, está votada na obra de fomento do Império Colonial na solução do problema da colonização.

Mas para tanto são necessários homens de trabalho com princípios de agricultura, quasi que criados no cultivo da terra.

Há agricultores que apregoam os seus prejuizos, mas porque a maioria deles meteram ombros à tarefa da agricultura sem nada saberem, julgando que ela apenas se limitava a mandar nos pretos.

A agricultura tropical require mais conhecimentos que a da Metrópole, dados os contras que tem, sendo o mais importante as mudanças do tempo que varia de ano para ano e de região para região.

Para que possa pensar-se na colonização há ainda muito a fazer.

Para que se possa receber os nossos homens com suas famílias de modo a que à sua chegada possam logo trabalhar no desenvolvimento agrícola e pecuário, é precisa uma obra de preparação quer no que respeita aos homens quer no que respeita a terra.

Depois da agricultura temos a seguir o desenvolvimento da indústria que só será possível quando a agricultura esteja em pleno progresso.

Esperemos que S. Ex.^a o Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Rodrigues Monteiro auxiliado por S. Ex.^a o Presidente do Conselho sr. dr. Oliveira Salazar dêem início ao problema da colonização o mais breve possível e principalmente à preparação dos trabalhos a-fim-de se poderem receber os colonos da nossa mãe-pátria em boas condições para que não aconteça o que se deu em Angola onde os colonos para ali transportados se viram em sérios embaraços.

O meu livro «É o inimigo que fala» (subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental contra os alemães—1914-1918) mereceu alguns reparos do ilustre camarada tenente Henrique Galvão — não o trabalho em si, mas o sentido da documentação nêle sentida.

Na *Portugal Colonial* de Março último justifiquei-me em consciência, provando que o mal da Campanha da África Oriental se baseia apenas — e este apenas é difícil de medir — na falta de organização e preparação e, sobretudo, na de ambiente próprio.

Quási me é indiferente, por isso, que o grande público compreenda o sentido daquele meu trabalho ou não, honestamente escrito — preferindo, no entanto, que o compreenda, ou, pelo menos, veja na documentação publicada simplesmente um intuito, que é sempre o de quem se dedica a trabalhos sérios: demonstração da necessidade de uma preparação militar nas colónias que o Decreto n.º 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, posteriormente publicado confirma,

Os livros que falam da guerra ou os livros nossos que falam mal de nós escritos por quem não foi à guerra

(A propósito das “Memórias” de João Chagas e de uma crítica a um trabalho do autor deste artigo feita na “Portugal Colonial”)

PELO TENENTE MÁRIO COSTA

determinando que todos os mancebos nascidos nas colónias e nelas residentes filhos de pais europeus e de seus descendentes, cumpram os deveres militares.

No meu livro «É o inimigo que fala», sòmente documento. Trata-se de subsídios para um estudo, a completar com os nossos relatórios de campanha à frente, por quem tiver coragem para se entregar a êle.

É de crer, seja dito a propósito, que êsse estudo fique completo, agora na óptima obra «Portugal na Grande Guerra» (de que já saiu o 3.º fascículo) dirigida pelo general Ferreira Martins e assinada por bons nomes que tomaram parte na Grande Guerra nas suas várias frentes: na África, na Europa e no mar.



A resposta da *Portugal Colonial* à minha justificação no seu número de Abril último, baseada no *petigo* da apreciação por leigos, não me convenceu, mas não deixa, generalizada, de ser aceitável — diga-se serenamente.

E julgo, desta forma, acertar tudo: o meu trabalho e a intenção da crítica que lhe foi feita nesta revista.



Vêm estas palavras a propósito das que se vão seguir sòbre o livro «Memórias», publicação póstuma da autoria do *republicano histórico* — como é de mau uso chamar-se aos precursores da República — João Chagas e cujo 3.º e 4.º volumes acabo de ler.

Nunca julguei ter tão depressa elementos à mão para demonstrar, comparando, o que são livros prejudiciais sòbre a nossa acção na Grande Guerra, quási sempre de autores que deduzem, vivendo fora da guerra... desde que vieram ao mundo.

«Memórias» de João Chagas, é o livro mais perigoso, referindo-se à acção dos portugueses na grande guerra, que até hoje se tem publicado.

Sem rodeios: É mau. É velhaco. É insensato.

Não devia ter sido publicado, não para encobrir ou mostrar, mas apenas para bem da verdade, que convém flutuar sempre acima das veleidades e dos capríchos humanos, principalmente dos capríchos políticos.

E principalmente para bem da História, — que é para bem de nós todos.



Não se deve falar mal dos mortos e já uma lei de Solon castigava com a morte quem tal fizesse na *insofismável certeza*, sem dúvida, de que os mortos não passariam o tempo a... falar mal dos vivos.

O falecido Ministro de Portugal em Paris, João Chagas, fugiu desgraçadamente, levianamente, atrevidamente, àquela *certeza* e desatou nas suas «Memórias», anos depois de morrer a falar mal de todos: dos vivos, dos mortos, dos seus íntimos, dos correligionários políticos, dos que o elevaram ou da-

queles que inversamente êle elevou, dos sacrificados como êle da República, e ainda de outros cujo sacrifício nunca foi recompensado com qualquer lugar — e devem ter sido tantos os esquecidos! — enfim, de tudo e de tóda a gente e, o que é o pior, imperdoavelmente pior, em conjunto, dos humílimos e desconhecidos portugueses, que, em França, durante a Guerra tremenda de 1914-18, se sacrificaram por todos nós.

João Chagas, sem espírito militar; sacrificado apenas de revoluções e de um ideal político como qualquer outro; político dos pés á cabeça; político ainda depois de morto (atestam-no as suas «Memórias»), pôs-se miseravelmente a fazer juízos e deducções, visando sempre a nossa honra, — a honra dos *seus compatriotas*, em especial dos que se bateram por nós e por êle; por Portugal inteiro.

Miseravelmente, é o termo.

Podia ter-se limitado a falar mal dos *políticos*, cujo ideal pode ser muito bem alicerçado no desejo do seu engrandecimento próprio, emquanto que aqueles que foram à guerra, só podiam ter um ideal intrínseco: o do engrandecimento da Nação. Quanto ao engrandecimento próprio, apenas a esperança de terem um lugar de *descanso* num dos cemitérios da Flandres.



É de lamentar que quem se lembrou de dar à publicidade as «Memórias»—porque há vontades que se não fazem aos mortos—não se tenha lembrado de que é preciso revestir a memória dos homens públicos duma camada de bom senso para lhes não tirar a «biografia».

Por isso, é de repudiar o que dizem os editores daquele trabalho no Prefácio de um dos quatro volumes: «...tendo ainda a valorizá-lo (o livro) o facto de se reportar a um dos períodos da História Universal—o da Grande Guerra—acerca da qual contém importantíssimas afirmações históricas...»

Históricas, tomada a palavra no sentido pejorativo: de história, historieta: treta...



Deixem-se, porém, palavras e demonstre-se a má fé de um português que ocupou o alto cargo de Ministro do seu país em França.

Socorrer-me-ei do claro, documentado e elucidativo trabalho «O 9 de Abril», por *João Ninguém*, pseudónimo de um dos mais briosos e decididos oficiais da nossa campanha em França, o então major Ferreira do Amaral.

Repetirei citações suas, em boa autoridade me acomodando, confirmadas pelo que praticamente senti, moço de 24 anos, naquela memorável manhã de 9 de Abril de 1918.

O folheto «9 de Abril» transcreve afirmações do nosso general Gomes da Costa e do general alemão Ludendorff, Comandante em Chefe das tropas inimigas que nos atacaram em 9 de Abril.



O combate de 9 de Abril de 1918, não foi o que João Chagas diz nas «Memórias».

Não esqueçamos, antes de transcrever passagens dêste seu livro póstumo que, tropas em condições de resistência, como se dava com as inglesas, tinham cedido um mês antes na frente de La Fere—Vermeilhas sob a pressão teutónica, nada menos de 60 quilómetros de frente e cerca de outros tantos de profundidade (combate que se pode considerar preparatório para a ofensiva alemã de 9 de Abril), e onde foram feitos próximo de 90.000 prisioneiros ingleses, *sem ferimentos!*

Nesta arrancada de 48 horas os ingleses perderam em absoluto o contacto com os altos comandos.

Nós—nós, os portugueses!—para recebermos o choque de 8 divisões alemãs, tínhamos apenas 16 batalhões de infantaria, 4 grupos de artilharia pesada, um total de 21.000 homens e *meses seguidos* de trincheira, sem rendição.

No dia 9 de Abril de 1918 os alemães romperam a nossa frente,—é certo; mas, antes, haviam atravessado já, na ala esquerda do sector atacado, a 55.^a Divisão inglesa. E o seu avanço na zona ocupada por tropas portuguesas foi apenas de 8 quilómetros!

II

Entre-se, agora, pròpriamente na apreciação directa dêste 3.^o e 4.^o volumes das «Memórias» de Chagas.

As insensatas, despeitadas deduções daqueles volumes quer se trate da guerra, quer apenas de si (autor) ou da meia dúzia de pessoas a quem *conservadamente* se refere—sua esposa, os Giovetti, o dr. Lopes, dois ou três políticos conhecidos, agora altas relações aqui e ali, baralhadas, que não perde oportunidade de citar—respondem bem e a tempo estas palavras do já citado livro o «9 de Abril»:

«...Os senhores políticos, com a maior *impolítica*, começaram a acusar-se mutuamente de responsáveis pelo que se passou nos pântanos da Flandres, no dia 9 de Abril de 1918, esquecendo-se todos eles de que o general alemão Ludendorff não consultou nenhum dos partidos políticos de Portugal para tomar a deliberação de forçar o caminho de Calais, nesse dia; e que também não explicou a nenhum político do nosso país, porque é que não deliberou atacar esse ponto da frente aliada, antes ou depois de 9 de Abril de 1918!...»



Depois do ataque formidável do alemão comenta Chagas, referindo-se ao correspondente de *O Século*: (1)

«...O correspondente parece inclinar-se para a hipótese de que os alemães foram prevenidos, e então pregunte claramente a mim mesmo pelo conhecimento que tenho da mentalidade de muitos dos portugueses que servem em França, se não foi dentre eles que partiu o aviso que facilitou o ataque fulminante que os levou de roldão...» (Vol. III-Pág. 57).

Ter esta opinião um português proscrito por motivo político,—motivo que nem a todos interessa—, dos outros portugueses que precisamente na mesma ocasião calcavam lama das trincheiras, sob o fogo dos morteiros, no inferno da guerra,—indica, pelo menos, uma maldade que é preciso apontar *para que não esqueça* e que obriga a deixar aqui em à parte esta pergunta, parafraseando as palavras de João Chagas: «Seria assim a mentalidade dos outros políticos?»



«...Para um ataque ao sector norte (Ypres e Lens), o terreno era o vale da ribeira de La Lys a oeste de Lille, onde se devia pronunciar o ataque principal, não era praticável, senão em certas épocas do ano e com bom tempo; antes dos meados de Abril, não era possível o trânsito fora dos caminhos e estradas.

Estrategicamente o ataque ao sector do norte, oferecia enormes vantagens, porque permitia atingir um objectivo que era ao mesmo tempo de grande valor. Este ataque permitia obter do inimigo um recuo notável do seu *front* se se conseguisse tomar Calais e Boulogne...» (2)

Fica a prosa de Chagas por terra.

Muito antes de Abril já Ludendorff tencionava atacar naquele mês o sector que abrangia não só portugueses como ingleses, com o fim de conseguir

(1) Êste correspondente de *O Século* enviava telegramas para o seu jornal que causavam o riso da «malla das trincheiras».

(2) «O 9 de Abril»—Citação do livro «Souvenirs de Guerre», pelo General Ludendorff.

caminho que permitisse conduzir as tropas alemãs a Calais.

E tão premeditada era a má fé ou tão derramada a bilis política do falecido Ministro que, em referência a opiniões de notícias francesas elogiosas para o nosso esforço, comenta Chagas:

«...Foram feitos prisioneiros tenentes-coroneis, majores, e grande número de capitães, tenentes e alferes. Parece-me muito prisioneiro para gente de quem se disse que se bateu heroicamente. Por outro lado o número de oficiais mortos em combate é diminuto. (Vol. III-Pág. 140).

...Prisioneiros dos alemães, estes bravos portugueses devem agora respirar melhor. Desta estão livres e eu não duvido que sejam excelentemente tratados na Alemanha, pois estão em país amigo...» (Vol. III-Pág. 141).

O *excelentemente tratados* era a fome no mais verdadeiro sentido da palavra!

Para resposta aos comentários acima é possível que trasborde a justiça das palavras seguintes:

Em 21 de Março aprisionou o exército de Ludendorff 90.000 ingleses *ilesos*, tendo avançado em 14 dias, 60 quilómetros.

Em 27 de Maio avança em 3 dias, 40 quilómetros. Em 9 de Abril apenas avançou 8 quilómetros nesse dia e no local atacado pouco mais pôde fazer, o que demonstra que a resistência do «muro português» sempre deu algum tempo para se construir a tempo outro «muro inglês». (1)

E tão de cátedra—a eterna cátedra de quem arenga de tudo e que de tudo... sabe—fala João Chagas que chega a escrever vil e enfastiadamente:

«...Neste momento não tenho prazer algum em me mostrar em público com um uniforme português a meu lado...» (Vol. IV-Pág. 233).

Não tinha de que se envergonhar. Ou, então, todos os ministros dos outros países se envergonhariam da sua gente de guerra.

Vergonha por vergonha,—nós! por ter tido um ministro que pensou daquela maneira e, pior, que o escreveu.

Basta citar aquele número 90.000, os avanços dos muitos quilómetros já referidos, para se ajuizar do forte esforço da fraca divisão portuguesa que, com um reduzido apoio, apara o choque de 8 divisões alemãs; e que, ainda, dos seus 21.000 homens da frente, cerca de 8.000 ficam mortos, feridos ou prisioneiros.

Parece muito. Mas raciocinemos com Ludendorff (2) e ouçamo-lo:

«...O ataque de 9 de Abril decorreu normalmente durante as 3 primeiras horas da manhã... Passadas as primeiras horas da manhã, o ataque pareceu decorrer mais lento.

A passagem através de posições inimigas esbarrava contra obstáculos consideráveis...

A marcha da nossa infantaria foi demorada em virtude dos ninhos de metralhadores inimigos, desseminados num terreno semeado de arbustos...

Na direcção de Bethune o avanço era frouxo;... os resultados não eram satisfatórios.

(1) «O 9 de Abril», por João Ninguém (Pág. 48)

(2) *Souvenirs de Guerre*, já citado.

O ataque continuou durante 10 de Abril...»
Os alemães fizeram bombardeamentos seguidos de 4 minutos—a quem lá não esteve é impossível fazer ideia do que aquilo fôsse!—intervalos de 10!

Mas, João Chagas, que em tudo via cobardia, tem um acto de *valentia* formidável.

E assim escreve comentando os bombardeamentos aéreos a Paris que eram sempre rápidos e de passagem:

«...Tudo isto, cria um terrível ambiente de angústia e dor colectiva. Decidimos deixar Paris. O que estamos aqui a fazer e que deveres nos obrigam a viver uma tal existência de emoções? A Maria lembra Bordeus. Seja Bordeus...» (Vol. III-Pág. 25).

Ou ainda:

«...Vamo-nos deitar com a apreensão de que o nosso sono será interrompido pelas bombas das Gothas, o que já não nos dispõe a um sono agradável como nos Tours, onde era um verdadeiro prazer, dormir, dormir, dormir na paz dos campos, sob o céu benigno...» (Vol. III-Pág. 155).

Que, afinal, são desta *massa... heroica* a maioria dos censores da acção dos portugueses do «9 de Abril».



Àcerca da chegada a Lisboa de um transporte conduzindo 1.464 soldados portugueses regressados do C. E. P., comenta João Chagas:

«...A bordo, diz o *Diário de Notícias*, havia um comunicativo contentamento, pois todos estavam anciosos por pisar o solo pátrio. O aspecto da amurada era interessante. A soldadesca agitava bonés e lenços, mostrando satisfação.....

.....
Desta vergonha, deste desastre fala-se como de um acontecimento jubiloso. Os jornais encabeçam estas notícias com títulos festivos.

Voltando à Pátria! Regressando de França!

Os soldados são recebidos por comissões de madrinhas de guerra que lhe distribuem refrescos, bolos, tabacos, como se voltassem de uma campanha gloriosa.

...é o Portugal reaccionário e germanófilo, que não queria ir para a guerra, destruindo à luz do dia a obra da nossa cooperação militar...»

«...Entreí nesta guerra (e posso dizer que entreí nela, porque poucos terão sofrido tanto como eu por causa dela...» (Vol. IV-Pág. 277).

O tal sofrimento resume-se nisto:

«...Minha pobre mulher e eu, proscrito neste imenso Paris devastado pela guerra... Há muito tempo que reduzimos o nosso pessoal e restringimos os nossos menus...» (Vol. III-Pág. 26).

«...A Maria que começa a estar inquieta, por ver que aquilo em Portugal vai durando e o nosso novo destino não se fixa, dizia-me ontem:

«...Vai aí vir o inverno e passá-lo-emos nós ainda nesta pequenina toca, onde vai talvez fazer muito frio, ou noutra parte? Onde?...» (Vol. III-Pág. 259).

Na 1.ª linha, não, de certeza! E lá, lá, é que era o verdadeiro frio, por vezes o eterno frio da morte!



O espírito insensato, insensato e mau, de que aquele nosso Ministro era possuído revela-o bem estas palavras, referindo-se a pobres prisioneiros alemães:

«... Pois quê? enquanto os aliados morrem aos milhares nos campos do Somme, enquanto em Paris mulheres e crianças são vítimas das mais estúpidas crueldades, estes brutos engordam nesta terra feliz e debaixo d'êste céu clemente, alimentados, bem tratados, pagos!

De resto, não abrem a boca, são pontuais, sóbrios, disciplinados...» (Vol. III-Pág. 39).

Não vale a pena comentar mais sobre o 9 de Abril e sobre o valor histórico do que está dito nas «Memórias», o tal *valor histórico* a que os editores do livro aludem no *Prefácio* de um dos quatro volumes publicados.



7.000 portugueses regressam de França a Portugal incapazes do serviço militar, 200 considerados (mortos), 450 mutilados reconhecidos por terem entrado no Instituto de Arroios, 23 cegos — meu Deus!

Resultado final: algumas centenas de viúvas 600 órfãos. Numa palavra: muita miséria.

Por isso é sem receio, sem *gentileza* — diga-se, que falo do «morto» em todo o sentido da palavra que é João Chagas.

Respeito pelos mortos, ou pelo menos alheamento pela sua memória, — mas apenas quando os mortos têm respeito pelos outros mortos e consideração que deveriam ter por nós, nós, os vivos, pelo menos os sacrificados de guerra.



E, finalmente, e como síntese desta longa referência às «Memórias» de João Chagas; e incidindo na crítica ao meu «É o inimigo que fala» (Subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental 1914-1918), afirmo: que «É o inimigo que fala» pode ser ou é o *livro preto* — para dar cor local... — da campanha contra os alemães na África Oriental, mas nunca um trabalho onde, pelo menos em consciência (a do autor), se pretenda falar mal.

Eu sei, eu bem sei, que, os de cá, os desta campanha também tiveram o seu sacrifício e que êle não foi pequeno: mau clima, a doença e pior que tudo, — a grande desilusão.

Referências

Agradecemos penhorados as que ao nosso illustre Director e à sua obra foram feitas, pelo jornal *Ação Colonial* no seu número especial de Setembro e pelo *Boletim da Sociedade Luso-Africana* de Abril-Maio-Junho

“Da função da Colónia de Angola no Império Colonial Português”

Na passagem, do artigo do sr. Torres Garcia que com êste título foi publicado no nosso último número, em que êste senhor se referia ao problema bancário de Angola, houve quem quizesse ver um propósito de ataque pessoal à direcção do seu Banco emissor.

Porque em tais condições nunca esta revista publicaria êsse artigo e porque, estamos convencidos, não foi essa a intenção do autor que, decerto, a seu tempo esclarecerá o mau propósito que lhe é atribuído, aqui nos apressamos a ir de encontro a qualquer má interpretação que a índole da *Portugal Colonial* não consente e que ao sr. Torres Garcia seria certamente muito desagradável.

Esse artigo de resto não é mais que a transcrição dum trabalho pelo mesmo sr. apresentado há mais dum ano na Conferência Comercial de Luanda.

Página Literária

(Conclusão da página 8)

a ganhar amor por aqueles cenários novos, pela vida livre da qual se sentia o chefe, pelo esforço com que alcançava as pequeninas vitórias de todos os dias, pelo próprio mistério da sua aventura quando começou a trilhar terras onde os perigos eram reais e as incertezas constantes.

Já dormia como um justo durante as noites profundas. E quando o luar africano, claríssimo e brando, enchia as matas de sombras românticas ou desenhava na superfície dos rios paisagens enfeitadas, aventurava-se só com a companheira, deliciado e feliz, em passeios nocturnos nas imediações do acampamento.

O António Pais brotava.

Nas zonas perigosas em que regiam sobas mal sujeitos ainda à nossa soberania e gentes indígenas cujo encontro era prudente evitar, acampavam de dia em logar oculto que o guia amedrontado sãbiamente escolhia e viajavam durante a noite até luzir o dia. Eram solenes e emotivas essas marchas silenciosas através das matas ralas: os pretos com os olhos esboghados, ofegantes de medo e de fadiga, resfolegavam em compasso rítmico de máquina. Os vegetais resequidos lamentavam-se sob as passadas cadenciadas; esfaqueavam o negro silêncio da noite úivos e roucos longínquos de toada lóbrega.

O António Pais marchava à frente com o guia. E muitas vezes Helena descia da tipóia e acompanhava-o também — feliz com a aventura e por se amparar no braço tísnado do amante.

Os dias sucediam-se sem monotonia. Novos aspectos, novas emoções, a variedade e a novidade — hoje uma surpresa da fauna, amanhã uma bizarria da paisagem, ontem um pormenor local, sempre o pitoresco ou o receio, a atracção ou a dúvida, o encanto ou o constrangimento perante homens doutra raça e doutros costumes.

Assistiram em sanzalas amigas a bizarros cerimoniais e a festas bárbaras, recearam dos povos hostis tôdas as perseguições e crueldades. E a paisagem, os factos, os acontecimentos não passavam sobre êles como um *film* — eram o cenário movimentado, agreste, variado do seu próprio esforço. Eram no conjunto, cada dia mais volumoso, a sua vitória.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

A casa é comprida e baixa, sob o seu velho telhado de telhas desbotadas e gastas pelos anos; a pintura azul pálido das paredes estala um pouco e o sol bate sobre as pedras rugosas dos degraus e das janelas. Uma mancha verde escuro, quasi negro, é distribuída por uma árvore, em contraste com os tons leves da moradia; mas, por detrás dela, duas palmeiras se erguem para o céu e agitam na brisa as suas palmas luzidas. É como uma velha imagem colonial, uma ilustração para «Paulo e Virginia». Aqui, em Quelimane, não estamos nós justamente na margem das águas que banham a ilha de Bernardin? Depois de tantas cidades construídas em quarenta anos, eis enfim, o antigo local, tão cheio de história. Elisabethville, Livingstone, Salisbury, são três capitais cujo nome atraí a juventude. Respira-se em Quelimane — o Kilimane dos antigos mapas — um aroma cheio de passado; e o largo rio onde os vapores de alto mar vêm ancorar, onde o pôr do sol tem um esplendor vermelho que evoca o Nilo, chama-se «Rio dos Bons Sinais». Neste simples nome está a evocação duma aventura.

Novos aspectos da África Moderna

Os palmares de Quelimane

Transcrito de «La Liberté» de 8 de Agosto
de 1933

Um certo número dos portos desta costa de Moçambique são mais antigos que o domínio português e que a primeira viagem de Vasco da Gama. Quelimane, como Sofala, como Moçambique, como Mombassa, era frequentado pelos comerciantes índios e árabes e a frota do gigante dos navegadores lusitanos veio arribar a estas margens, porque as equipagens sucumbiam de escorbuto e de febre. Assim, Quelimane, confunde-se com a história inteira da colónia; mais tarde, as expedições lançadas para o «Ophir inatingível» passaram ao pé dos seus muros onde a primeira feitoria portuguesa tinha sido estabelecida em 1544. Este simples posto transformou-se em vila, depois em cidade, participou dos destinos e das desgraças de Moçambique, para cair no abismo em meados do século passado, e para reviver depois da ocupação do país se tornar efectiva. Já não se vê passar, ao largo das suas baixas costas franjadas de zimbro, as caravelas carregadas de especiarias das Índias; mas a riqueza brotou do seu próprio solo.

Ao fim de cada avenida ornada de vistosas árvores, a perspectiva das casas com as suas varandas é dominada pela graça aérea dos coqueiros; não ha transição, não ha bairros e como um mar, o palmar esbarra e palpita contra aquele recife que é a cidade e o vento da tarde no balançar das palmas gera um ruído de vagas e de ressaca longínqua.

Perspectivas indefinidas, sempre as mesmas e sempre renovadas, o solo quasi nú apenas se reveste dum leve tapete de erva verde; os troncos rompem dali como colunas; dirigem-se para o céu, mas a sua própria rigidez cede à tentação da curva e dão-se ao capricho de se inclinarem um pouco, de tornarem a indiretar-se levemente para conservar no seu arranço e na sua aparente direitura, a flexível liberdade do vegetal, ancestralmente exposto a todas as carícias dos ventos alísios.

Cada hora do dia dá-lhes uma nova luz; na multidão sem fim dos troncos, vêm-se brilhar os raios coados por entre as palmas; tão depressa caem a pique numa chuva luminosa, como desaparecem, quasi horizontalmente, como reflexos numa imperceptível neblina perpétua que voga nesta sub-floresta de sonho; quando o fogo de artifício que do sol tomba se extingue, ao avizinhar-se a noite ou a chuva, uma espécie de morna opressão carregada de nostálgicas recordações, de «saudades» como dizem os portugueses numa tão linda palavra intraduzível erra por sobre as coisas.

«Ver outra coisa que não sejam os coqueiros!» gemia um habitante de Quelimane quando eu lhe exaltava a beleza da paisagem e das suas variações de luz.

Não compreenderia ele esta harmonia dos palmares? Mas em volta de Quelimane, ao longo da estrada e durante léguas, não existe, mais nada além destas árvores altas e estes festões de palmas; e é tão grande o esplendor, no arrumo, na forma e na luz, que ele começa por embriagar e acaba por fatigar, dada a sua continuidade. Sem dúvida, ao fim de semanas e meses, não se vê nestas árvores senão o que elas são, máquinas vivas plantadas pelos homens para produzir nozes de côco em quantidades imensas, fábricas vegetais de copra, com a qual se fabricará manteiga falsa e bom sabão.

Todo o território está coberto de coqueiros. Madal, Companhia do Zambeze, Borór, cada uma destas plantações acusa um número mais elevado que a precedente na produção; contam-se ali as palmeiras por centenas de milhar, por milhões e é sem dúvida aqui o maior palmar do mundo, terminus dessas nozes sem conta que flutuaram no Oceano, em épocas passadas, antes de serem lançadas nas margens da África oriental.

A floresta de palmas parece deserta; é porque o trabalho faz-se ali com um rigor, militar, de harmonia com o alinhamento dos troncos; apenas de longe em longe, se encontra um grupo de negros, quasi nus, um pano em volta dos rins — e como os invejam no seu à vontade pela morna ambiência — que conduzem as charruas puxadas por pequenos bois ardentes, ou ainda, de «macheta» em punho, trepando ao longo dos troncos.

A sua destreza é prodigiosa; colocam os pés num laço de corda que lhes permite apoiarem-se ao tronco rugoso; depois, o peito contra este, os braços envolvendo-o, todos os músculos distendidos, íçam-se em contrações e paragens consecutivas, com uma regularidade quasi mecânica.

Ignoram a vertigem; inclinados sobre o abismo, sabem que nada os auxiliaria se se soltassem e que viriam esmagar-se no solo, duma altura de quinze a vinte metros. Mas, ei-los que desaparecem entre as palmas, ouve-se barulho e o enorme cacho de nozes trême sob o impulso que eles lhes dão; depois os golpes de macheta cortam as astes; por vezes a noz cai sôzinha, qual avelã no país de (Brobdingnæ), levada às proporções da altura dum homem; outras vezes é o cacho que se solta inteiro e dá a ideia de uma explosão, ao cair, num estrepitar de nozes que se dispersam por todos os lados, dada a violência do choque.

Durante a manhã, os grande corpos negros, ágeis e reluzentes íçar-se-ão assim até ao último ramo e o seu trabalho cobrirá o solo.

Por vezes, a golpes de macheta, talham a extremidade duma noz, partem-lhe a casca dura e sonora, para encontrar no interior da amendoa separada do seu involucro, um líquido fresco e doce. Mais além, outros negros trabalham mais utilmente; sobre uma espécie de lança feita de ferro enflam as nozes, exescrem uma pressão de lado, sem esforço, com aquela sua habilidade inconsciente. Duas ou três elevações, duas ou três espeladelas e a casca coberta de fibras, é separada. As nozes empilham-se em pirâmides como, em tempos passados, as balas de canhão junto das peças.

Entretanto, o grupo de trepadores continua o seu labor aéreo, e o barulho da queda dos pesados frutos é como um eco das objurgações dos trabalhadores conduzindo as suas juntas.

Estes boys tão submissos, de rostos abertos, francos e sem reserva, serão, na verdade, os descendentes dos guerreiros que, du-

(Conclui na página 20)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A convite do sr. tenente Henrique Galvão director da Exposição Colonial Portuguesa que no próximo ano se realiza entre nós, no Palácio de Cristal, reuniram-se ontem, pelas 11 horas da manhã, naquele edifício, jornalistas e membros da comissão organizadora do grande certame. Convidára-os como dizemos, o sr. tenente Galvão para uma exposição do plano e trabalhos a seguir, plano e trabalhos que hão-de surgir, não só na nave, mas nos formosos jardins do Palácio, bocados de maravilha do Portugal ultramarino.

Pelas palavras do técnico distinto que em várias emergências tem afirmado o seu valor de organizador consciente e brilhante, os assistentes à reunião de ontem puderam deduzir:

No Porto vai fazer-se uma Exposição Colonial maravilhosa. Uma exposição que marque e defina com eloquência os valores políticos morais e económicos das nossas províncias de além-mar e que seja, dentro do carácter educativo que se lhe pretende imprimir, uma fonte de conhecimentos para o nosso povo, daquilo que ele possui de belo e grandioso nas sete partes do mundo.

O que será, em conjunto a Exposição Colonial

Em conjunto — conjunto soberbo que paldamente aqui podemos marcar — a Exposição Colonial será deslumbrante e magnífica. Dividida em três partes, a grande nave central do Palácio representará o passado, o presente e o futuro da colonização portuguesa.

Para o passado, aproveitá-se logo, a parte da entrada com teto amplo, limitado por painéis e um planisfério luminoso, representando as viagens marítimas e terrestres dos portugueses. Para a direita, estender-se-á um outro planisfério — o planisfério da expansão da raça — e para o lado esquerdo o planisfério da língua portuguesa que completarão a parte mística da exposição, — parte evocativa com tons macios de luzes a darem-lhe grandezza e solenidade.

Isto quanto à entrada. Porque na nave propriamente dita, já o espaço é reservado a representação da nossa Obra Colonial nos últimos 50 anos, patente em 13 grupos, distribuídos pela nave e pelas galerias.

Note-se, agora, que a parte gráfica é posta de lado nesta Exposição. Em vez de letreiros, pequenos cenários, que se estenderão pelos lados, ilucidarão os visitantes sobre os costumes das regiões gentílicas, evidenciando o presente da nossa obra de colonização.

Ao fundo da nave, depois, erguer-se-á a visão do futuro — visão dos objectivos políticos, económicos e morais que deve ser qualquer coisa de grandioso e impressionante no conjunto do certame.

Quanto às naves laterais, serão, serão elas reservadas para a apresentação económica, propaganda de produtos, etc. contando-se também uma sala que se destina à apresentação militar portuguesa, na qual se verão dioramas cenografados, com os principais feitos de armas em terras de África, e, possivelmente um monumento à tropa negra morta na guerra.

Em rápida visão, isto diz respeito ao edifício, cuja fachada naturalmente em estilo neo-clássico, deve ser harmonizada ao conjunto.

E, agora, vejamos a transformação dos jardins

Logo de frente, entrado que seja o largo portão de ferro, erguer-se-á um imponente monumento — obelisco composto de 6 a 8 varas, tendo em volta as figuras que intervieram na colonização. Partindo dele, e espalhadas pelos canteiros, cartas luminosas das colónias completarão a maravilha da decoração principal.

Depois, surge-nos a Avenida das Tílias. Como abertura a fiel reprodução do Arco dos Vice-Reis da Índia e ao fundo, o farol da Guia, antigo entre os mais antigos do Oriente.

A um dos lados da Avenida, ao lado direito, e situada num baixo, será construída a aldeia indígena de Angola, a que se seguirão dum lado e de outro, stands particulares.

A seguir, vem o pavilhão da Índia e a Casa da Circunscricção, com seu mecanismo de repartição colonial. Seguem-se, depois, os terrenos destinados a pavilhões de réclame e de venda ao público até se chegar ao corêto.

Aí, é o local das festas, onde, naturalmente, se apreciará, além duma orquestra de marimbas, bailarinas e outros famosos números gentílicos. Estamos ao pé do restaurante. Como convém, ele

Uma visão de conjunto da Exposição Colonial Portuguesa

a realizar no Palácio de Cristal
no próximo ano

Transcrito do «Comércio do Porto»
de 17 de Setembro de 1933

será convertido numa casa típica, que terá a completá-la outras pequenas casas que, espalhadas pelos jardins, são destinadas a restaurantes populares.

Passamos, agora, pelo lago...

A que se adaptará? A nada mais, nada menos que uma aldeia lacustre da Guiné. Nela viverão os indígenas à moda da sua terra e nas suas pirogas eles virão passear para as águas mansas do lago, tal qual como lá longe sob o sol do seu país.

Adiante, fica a capela. Aí se instalarão as Missões Religiosas que a autenticas crianças indígenas tratarão de insuflar o ideal da pátria, o amor a Portugal, o ensino das belas letras portuguesas. Para que assim seja e para que os negrinhos não interrompam na Metropole, a instrução que lhes é ministrada nas colónias, virão missionários também, de alma sempre larga ao sofrimento, para bem da sua caminhada de Fé e Salvação e patriotismo através das ardentes plagas de África.

Outro símbolo místico — A Bandeira das descobertas

Ao fundo dos jardins mirando o dourado e a Foz, lá ao longe ergue-se, como é sabido, um pequenino castelo. Nêle se instalará um símbolo — outro símbolo místico do conjunto. A Bandeira das Descobertas,

Íçada em mastro alto, drapejando ao vento que bate o rio, em baixo, a bandeira ali, terá sua guarda de honra de landins. E ao nascer e ao pôr do sol vibrarão no ar toques de clarim, de clarim que bôca de negro, fará ecoar na emoção da tarde que se esvai, ou do dia glorioso que desponta...

Fala do Dr. Alfredo de Magalhães, presidente da Câmara Municipal

Passada a Avenida das Tílias, e ladeado edificio do Palácio, em cujas estufa será instalado um Jardim Colonial, o dr. Alfredo de Magalhães, reunidos em grupo os convidados, fez uso da palavra.

Ao ar livre, conversando, sem notas altas, mas com muita sinceridade, o sr. presidente da Câmara Municipal cumprimentou o sr. tenente Henrique Galvão. Pelo plano esboçado que lhe parece grandioso e belo, e pela forma como o sr. tenente Galvão virá a desempenhar-se — está certo disso — da pesada tarefa que lhe incumbem.

(Conclui na página 19)

Território de Manica e Sofala

Alguns dados estatísticos referentes ao ano de 1932

Comércio—A totalidade do movimento comercial, em 1931 e 1932, é apresentada no seguinte quadro:

Operações comerciais	Valores em escudos, (ouro)	
	1932	1931
Totais	43.379.222	55.989.426
Importação	2.522.831	5.790.518
Exportação	1.157.175	1.511.285
Reexportação	3.091.875	5.562.952
Baldeação	3.265.470	3.590.789
Trânsito	32.517.881	38.764.253
Cabotagem	823.990	769.649

NOTA IMPORTANTE—Os valores são expressos em escudos ouro, ou seja cada 1.000\$00 ouro, moeda do Território da Companhia de Moçambique, equivalente a 24.000\$00, moeda metropolitana.

Portugal ocupa o primeiro lugar nos países importadores do território. A estatística de 1932 atribue o valor de 454.631 escudos, ouro, aos produtos exportados naquele ano para a metrópole. A seguir está a Rodésia, com 331.838 escudos, ouro. Em terceiro, quarto e quinto lugares colocam-se a Inglaterra, Índia e Moçambique, parte da colónia sob a directa administração do Estado. Segue o mapa que indica a exportação segundo a natureza dos produtos e países de destino:

A Direcção de Estatística e Propaganda do Governo do território da Companhia de Moçambique enviou-nos, juntamente com algumas fotografias, uma série de dados estatísticos relativos ao ano de 1932, abrangendo vários aspectos da actividade económica na-quele território. Na impossibilidade de os reproduzirmos na íntegra, vamos resumir-los de harmonia com o espaço de que dispomos



BEIRA—Génro de vivenda particular

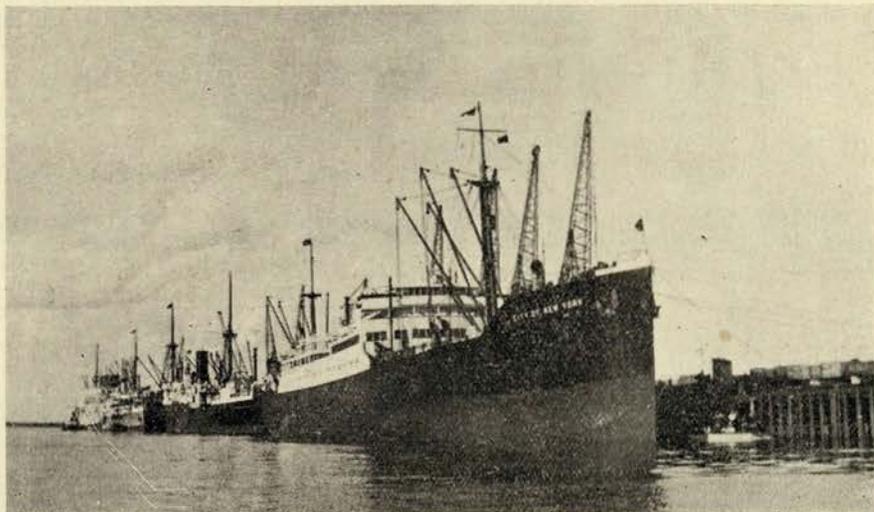
Países de destino	Total — Esc. ouro	Animais vivos	Vegetais	Minerais	Manufaturas	Substâncias	Ouro e prata
		e produtos de origem animal — Esc. ouro	e seus produtos de origem — Esc. ouro	e seus produtos — Esc. ouro	diversas — Esc. ouro	alimenticias — Esc. ouro	em barra e em moeda — Esc. ouro
Total do comércio de exportação	1.157.175	26.457	147.428	77.320	424.663	207.023	274.284
Portugal	454.631	581	78.989	—	284.178	90.000	883
Angola	629	—	346	—	13	—	270
Moçambique	63.427	59	20.921	6.638	2.869	—	32.940
Possessões port. (outras)	705	—	705	—	—	—	—
Alemanha	4.400	2.239	937	20	178	—	1.206
América	—	—	—	—	—	—	—
Bélgica	18.894	18.844	—	—	—	—	50
Bélgica (possessões)	37.420	—	—	70	—	—	37.350
China	6.999	—	—	—	6.980	—	19
Dinamarca	180	—	—	60	—	—	120
França	7.404	710	432	—	6.262	—	33.585
Gran-Bretanha	98.585	1.769	1.267	48	31.414	30.600	—
Índia	65.123	—	—	—	65.123	—	—
Rodésia	331.838	485	36.194	62.866	14.311	70.020	147.962
Suazilândia e Zululândia	—	—	—	—	—	—	—
União Sul Africana	26.462	1.240	473	488	2.791	14.828	6.642
Possessões brit. (outras)	24.896	48	4.742	5.587	3.145	—	11.374
Holanda	2.672	—	870	64	375	—	1.363
Itália	1.178	—	1.178	—	—	—	—
Itália (possessões)	—	—	—	—	—	—	—
Japão	—	—	—	—	—	—	—
Noruega	—	—	—	—	—	—	—
Consumo de embarcações	11.492	338	376	1.479	6.924	1.575	800
Egipto	100	—	—	—	100	—	—
Grécia	144	144	—	—	—	—	—

NOTA IMPORTANTE—Os valores são expressos em escudos-ouro, ou seja 1.000\$00 ouro, moeda do Território da Companhia de Moçambique, equivalente a 24.000\$00, moeda metropolitana.

A importação de veículos automóveis e máquinas destinadas à agricultura e indústrias agrícolas atingiu em 1932 o valor de £ 24.212.

Nas mercadorias importadas de Portugal, ilhas e colónias portuguesas figuram em primeiro lugar os vinhos, 785.000 litros com o valor de £ 16.434.

Na estalística da exportação as principais mercadorias são o açúcar, o milho, o algodão e frutas frescas, com os valores respectivamente, de £ 191.217, £ 162.737, £ 78.971 e £ 45.970. O valor da exportação do ouro foi de £ 49.211.



BEIRA—Navios atracados ao pílo

Navegação—Os seguintes números indicam o movimento, em entradas, da navegação:

Vapores mercantes e navios de vela, 410; tonelagem de arqueação, 2.721.794; tripulação, 41.991; passageiros em trânsito, 15.723; passageiros desembarcados, 3.770; mercadorias desembarcadas, 162.374 toneladas.

O mesmo movimento por saídas: vapores mercantes e navios de vela, 415; tonelagem de arqueação, 2.747.727; tripulação, 42.539; passageiros em trânsito, 15.723; passageiros embarcados, 5.972; mercadorias embarcadas, 303.135 toneladas.

População indígena—Segundo o censo de 1932, a população indígena era de 338.748 habitantes, dos quais 191.591 varões e 147.157 fêmeas. A circunscrição mais populosa é a da Chemba, com 46.164 habitantes. A que possui menor número é a de Neves Ferreira, com 8.101.



BEIRA—Edifício da Secretaria do Corpo de Polícia Civil

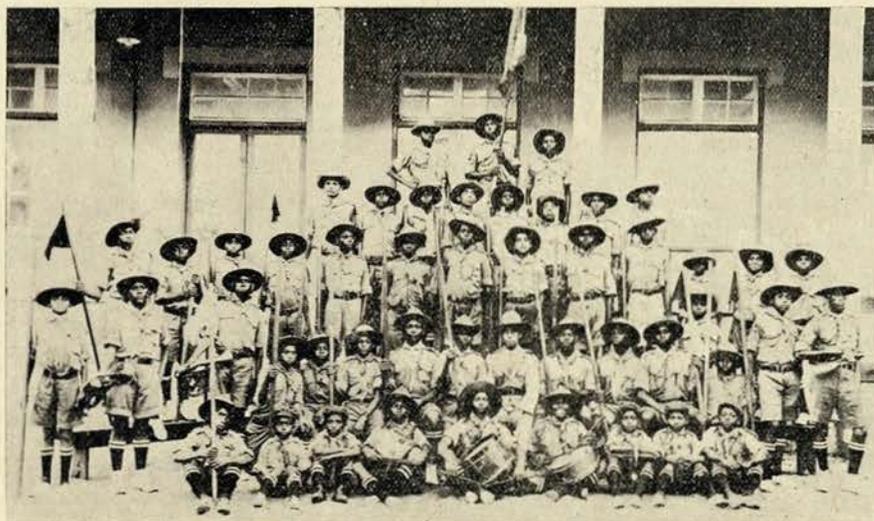
Serviços telegráficos

—Funcionam no território 9 estações telegráficas, na Beira, Dondo, Vila Machado, Gondola, Vila Pery, Macequece, Inhaminga, Caia e Murraça, as estações radiotelegráficas são 7.

Pecuária

—O arrolamento geral dos gados verificou a existência de 96.651 cabeças. Sua descrição por espécies: asinino, 464; bovino, 36.067; caprino, 35.370; aquino, 3; muar, 81; ovino, 6.689; suino, 17.977.

Minas—A produção das minas de ouro foi de cerca de 3.000 onças. O valor do capital empregado na sua exploração é de £ 170.800; o dos maquinismos é de £ 52.150.



BEIRA—Escolas de artes e ofícios—Exceteiros

Uma página de estatística mensal sobre o comércio externo (especial) do Império Colonial Português

O COMÉRCIO ESPECIAL ENTRE A METRÓPOLE E AS COLÓNIAS E INTER-COLONIAL

Por F. RIBEIRO SALGADO

(Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras)

A Exportação no quinquénio 1927-1931 – Valores convertidos em contos

Designação das colónias produtoras e componentes do Império Colonial Português e dos seus agrupamentos económicos	Comércio especial entre a Metrópole e as colónias					C.º inter-colonial	Total geral da exportação do comércio especial intra-imperial (Val. FOB)	Percentagens sobre os totais da exportação do comércio interno ou intra-imperial		
	Segundo a estatística comercial metropolitana		Seg.º as estatísticas coloniais	Diferenças entre os somatórios das estatísticas da Metrópole e das colónias (FOB para o CIF)	Total geral correspondente à export. da Metrópole para as Colónias (Val. FOB)	Exportação nacional e nacionalizada (Segundo as estatísticas coloniais) (Val. FOB)		Comércio entre a Metrópole e as colónias	Inter colonial	Intra imperial
	Nacional e nacionalizada (Val. FOB)	Reexp. estrangeira para as colónias (Val. FOB)	Imp. para consumo orig.º da Metrópole (Val. CIF)							
Cabo Verde	27.799	10.396	42.227	4.032	27.799	1.046	28.845	5,24	1,80	4,75
Guiné	27.695	41.045	55.818	12.922	27.695	673	28.368	5,34	1,37	4,67
S. Tomé e Príncipe	41.276	15.634	66.888	9.978	41.276	2.336	43.612	8,81	3,43	7,19
Angola	275.600	212.357	450.314	37.643	275.600	46.375	321.975	60,67	29,59	53,05
Totais para as colónias na África Ocidental.	372.370	279.432	615.247	36.555	372.370	50.430	422.800	80,06	36,19	69,66
Moçambique { Administração do Estado			374.412			24.719			21,27	
Moçambique { Companhia de Moçambique	136.794	158.488	34.198	114.876	136.794	10.134	—	18,57	38,88	28,62
Moçambique { Companhia do Niassa			1.548			2.077			2,38	
Totais para a África Oriental Portuguesa.	136.794	158.488	410.518	114.876	136.794	36.930	173.724	18,67	62,53	28,62
Índia	3.881	—	7.896	4.015	3.881	450	4.381	0,55	0,18	0,72
Macau	4.725	11	—	1.985	4.725	975	6.045	0,72	0,96	1,00
Timor			2.751			345			0,14	
Totais para as colónias no Oriente.	8.606	11	10.647	2.030	8.606	1.770	10.316	1,27	1,28	1,72
Totais para o Império Colonial Português.	517.770	437.931	1.036.052	80.351	517.770	89.130	606.900	100,00	100,00	100,00

A Importação no quinquénio de 1927-1931 – Valores convertidos em contos

Designação das colónias consumidoras e componentes do Império Colonial Português e dos seus agrupamentos económicos	Comércio especial entre a Metrópole e as colónias					C.º inter-colonial	Total geral da importação do comércio especial intra-imperial (Val. CIF)	Percentagens sobre os totais da importação do comércio interno ou intra-imperial		
	Segundo a estatística comercial metropolitana		Seg.º as estatísticas coloniais	Diferenças entre os somatórios das estatísticas da Metrópole e das colónias (CIF para o FOB)	Total geral correspondente à import. da Metrópole para as Colónias (Val. CIF)	Importação para consumo (Segundo as estatísticas coloniais) (Val. CIF)		Comércio entre a Metrópole e as colónias	Inter colonial	Intra imperial
	Para consumo da Metrópole (Val. CIF)	Reexp. colonial para o estrangeiro (Val. CIF)	Export. destinada à Metrópole (Val. FOB)							
Cabo Verde	18.797	640	11.469	7.968	18.797	6.237	25.034	1,97	3,69	2,22
Guiné	79.471	24.577	106.951	2.903	79.471	3.016	82.487	8,31	1,78	7,33
S. Tomé e Príncipe	48.960	319.500	296.626	71.834	48.960	49.142	98.102	5,12	29,05	8,72
Angola	476.962	125.013	514.924	87.051	476.962	4.229	481.189	49,90	2,50	42,77
Totais para as colónias na África Ocidental.	624.190	469.730	929.970	163.950	624.190	62.622	686.812	65,30	37,02	61,04
Moçambique { Administração do Estado			121.751			38.293			22,64	
Moçambique { Companhia de Moçambique	330.520	4.234	91.717	121.252	330.520	53.881	—	34,58	31,85	38,10
Moçambique { Companhia do Niassa			34			5.923			3,50	
Totais para a África Oriental Portuguesa.	330.520	4.234	213.502	121.252	330.520	98.097	428.617	34,58	57,99	38,10
Índia	420	—	679	259	420	6.550	6.970	0,04	3,87	0,62
Macau	780	10	—	227	780	328	2.676	0,08	0,19	0,24
Timor			563			1.568			0,93	
Totais para as colónias no Oriente.	1.200	10	1.242	32	1.200	8.446	9.647	0,12	4,99	0,86
Totais para o Império Colonial Português.	955.910	473.974	1.144.714	285.170	955.910	169.165	1.125.075	100,00	100,00	100,00

I

O presente quadro estatístico demonstra-nos o montante do comércio especial realizado entre a Metrópole e as Colónias, bem como o efectuado entre as próprias Colónias, no decorrer do quinquénio 1927-1931, reduzidos os seus valores à moeda metropolitana, para maior facilidade de comparação estatística.

Este quadro foi elaborado em presença das estatísticas aduaneiras das diversas Colónias e da comercial metropolitana, como se demonstra pelo agrupamento das suas diferentes rubricas que, simplesmente comparadas entre si, nos levariam a considerações ou resultados desconcertantes. Estas são provenientes duma série de factores entre os quais avultam a diferenciação dos métodos estatísticos adoptados pela Metrópole e pelas Colónias, acrescidos principalmente pelas diferenças a estabelecer entre as estatísticas

metropolitanas e as coloniais, provenientes da apreciação dos valores considerados FOB para os CIF e reciprocamente.

II

A estatística comercial metropolitana desdobra o comércio efectuado entre a Metrópole e as Colónias em dois grupos de rubricas quanto à exportação e à importação: para consumo das Colónias e da Metrópole, e a reexportação de e para o estrangeiro, por conta das Colónias. O movimento do ouro e da prata em barra e em moeda é excluído dos apuramentos estatísticos.

As estatísticas aduaneiras coloniais englobam num só êsses dois agrupamentos de rubricas, como correspondentes aos primaciais destinos e procedências, respectivamente da exportação e da importação, e incluem o movimento do ouro e da prata em barra e em moeda, bem como o da moeda fiduciária e dos valores selados.

Além desta diferenciação de métodos estatísticos é mister considerar como já vimos, as diferenças acusadas, comparativamente, entre os totais gerais, como provenientes dos fretes marítimos e tódas as demais que constituem as diferenças entre os valores FOB e CIF, as quais constam duma rubrica especial expressa no quadro presente.

III

Em face de tódas estas dificuldades — e por nos parecer mais exacto — resolvemos adoptar a estatística comercial metropolitana como base do computo do comércio especial realizado entre a Metrópole e as Colónias no decorrer do período considerado: o quinquénio 1927-1931.

Em relação ao comércio inter-colonial adoptamos, naturalmente, a estatísticas aduaneiras coloniais, limitando-nos à simples conversão em moeda metropolitana das diversas moedas em vigor nas colónias da África Oriental e do Oriente.

IV

Os totais gerais da exportação inter-colonial são constituídos por 81.707 contos de mercadorias permutadas; 3.547 por moedas metálicas e 4.076 por moeda fiduciária. Identicamente, o total da importação desdobra-se em 160.413 contos de mercadorias, 5.470 de moedas metálicas e 3.282 de moeda fiduciária.

V

Estabelecidas as devidas comparações entre os totais constantes do quadro que publicamos no último número desta Revista — como respeitante ao "Comércio externo do Império Colonial Português," — com o presente — como referente ao "Comércio especial intra-imperial," — chegaremos, em relação ao total do quinquénio 1927-1931, aos seguintes resultados estatísticos, sujeitos, evidentemente, às necessárias correcções originadas, em parte pelo critério que adoptamos, o qual se nos afigura como sendo o mais exacto e, portanto o mais lógico:

Exportação do Império Colonial Português:

Para o estrangeiro (incluindo a reexportação metropolitana e o movimento do ouro e da prata em barra e em moeda e da moeda fiduciária).....	3.489.999	76,95 %
Para a Metrópole (excluída a reexportação e o movimento das moedas metálicas e fiduciária e incluídos os fretes e demais despesas que constituem os valores CIF, segundo a estatística metropolitana)...	955.910	21,08 %
Para as Colónias (incluído o movimento das moedas e dos valores fiduciários).....	89.130	1,97 %
Total geral da exportação colonial..	4.535.039	100,00 %

Importação do Império Colonial Português:

Do estrangeiro (incluída a reexportação metropolitana e o movimento das moedas metálicas e fiduciária).....	5.584.084	89,05 %
Da Metrópole (incluída a reexportação e os fretes e demais despesas do CIF para o FOB, bem como o movimento das moedas metálicas e fiduciária).....	517.770	8,25 %
Das Colónias (incluído o movimento das moedas e dos valores fiduciários).....	169.165	2,70 %
Total geral da importação colonial..	6.271.019	100,00 %

VI

Analisando estes resultados estatísticos nota-se, à primeira vista, que a Metrópole compra às Colónias 21,08 % da sua exportação e vende-lhes somente 8,25 %, ou sejam, respectivamente, 955.910 e 517.770 contos para o total do quinquénio 1927-1931.

Aos diversos países estrangeiros — especialmente os que constam do quadro já publicado no último número desta Revista — vende o Império Colonial Português um pouco mais de 3/4 da sua exportação total, comprando-lhes quasi 9/10 do que importou, ou sejam, respectivamente, 3.489.999 e 5.584.084 contos.

As diversas colónias, componentes do Império Colonial Português, permutaram entre si, sob a forma de exportação, 1,97 % do referido total geral e 2,70 % sob a forma de importação, correspondendo, respectivamente, a 89.130 e 169.165 contos.

VII

A Colónia que mais concorreu para o total geral da exportação do Império Colonial Português foi a de Moçambique em conjunto, que exportou 1.702.145 contos, ou sejam 37,53 % e importou 2.361.185 contos, ou sejam 37,65 %; apresentando-nos a singularidade de manter a mesma posição-relativa quer como exportadora quer como importadora.

Inversamente, a colónia de Timor foi a que menos concorreu para o total do comércio especial do Império Colonial Português porquanto exportou somente 76.377 contos (1,67 %) e importou 56.424 contos (0,90 %), apresentando também a singularidade de ter exportado 135,38 % em relação aos convencionais 100 % correspondentes à importação.

Imprensa Colonial

Trouxe-nos o correio o primeiro número do jornal *Notícias do Bié* e o número dois da revista *Oriente* que se publica em Moçambique.

Congratulamo-nos com o aparecimento de mais estes dois órgãos de informação e cultura que assim vêm enriquecer a imprensa da especialidade.

A ambos desejamos longa carreira e vida próspera.

Uma visão de conjunto da Exposição Colonial Portuguesa

(Conclusão da página 15)

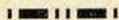
Como presidente da Câmara oferece todas as facilidades que o Município possa dispensar, a fim de que tão grandiosa exposição interesse a todo o país — ao Norte, principalmente, e à nossa vizinha Galiza.

Assim discorrendo o sr. dr. Alfredo de Magalhães referiu-se, seguidamente às negociações em curso com a Sociedade do Palácio dizendo poder dar à cidade talvez em Novembro ou Dezembro, a boa nova da sua aquisição pela Câmara. Tal facto a dar-se, muito viria beneficiar a Exposição, não só pelas obras de que o edificio carece, mas porque muitas delas não podem ser feitas com carácter transitório.

Depois, a terminar, o sr. dr. Alfredo de Magalhães mostrou o seu desejo de lembrar ao sr. ministro da Instrução que o Estado edite a carta de Portugal e das Colónias numa única escala, aproveitando para isso, a esplendida ocasião da Exposição.

Agradecendo as palavras e as facilidades oferecidas pelo sr. presidente da Câmara, o sr. tenente Henrique Galvão mostrou a esperança de que tudo correrá bem e de que a Exposição Colonial Portuguesa será na verdade, um certame brilhante, digno do país, do Porto e das suas tradições de trabalho.

Escola Superior Colonial



Está correndo o prazo para matrículas, que abriu em 15 e finda no dia 30 do corrente mês

O «Diário do Governo» de 15 de Setembro corrente publicou o aviso relativo à abertura de matrículas na Escola Superior Colonial. Este importante e progressivo estabelecimento de ensino superior que, de ha anos, vem tendo uma frequência numerosa e rapidamente crescente, e cuja nova sede é na Praça do Rio de Janeiro n.º 21, prepara o funcionalismo civil e militar para o Ministério das Colónias e para os quadros coloniais, habilitando, designadamente, para os cargos de inspectores, e administradores e secretários de circunscrição, de secretários dos Governos de distrito, de chefes das repartições distritais, etc. Além disso, o diploma do Curso Superior Colonial confere preferência em todas as nomeações a fazer para as colónias.

O programa de estudos do Curso Superior Colonial abrange quatro anos lectivos com a seguinte distribuição das matérias professadas:

1.º ANO — 1.ª cadeira: *Geografia Colonial e Topografia*; 2.ª cadeira: *Colonização*; 4.ª cadeira: *Etnologia e Etnografia Coloniais*; 11.ª cadeira: *Kimbundo* (língua de Angola);

2.º ANO — 3.ª cadeira: *Administração Colonial*; 5.ª cadeira: *Regime Económico*; 6.ª cadeira: *Higiene Colonial*; 11.ª cadeira: *Ronga ou Landim* (língua do sul Moçambique);

3.º ANO — 7.ª cadeira: *Direito Aduaneiro Colonial*; 8.ª cadeira: *Estatística e Informações coloniais*; 9.ª cadeira: *Política Indiana*; 11.ª cadeira: *Concani* (língua da Índia);

4.º ANO — 12.ª cadeira: *Direito Internacional Público e Privado, Prática Judiciária e Notariado*; 13.ª cadeira: *História das Colónias Portuguezas*; 14.ª cadeira: *Noções de Construção Civil, Construções Coloniais, Carreiteiras*; 10.ª cadeira: *Inglês Prático*.

Os requerimentos para matrícula devem ser dirigidos ao Director da Escola, devem indicar idade, naturalidade e filiação, e têm de ser instruídos com os seguintes documentos:

1.º Certidão de idade provando que o requerente é de nacionalidade portuguesa e que tem 17 anos feitos à data em que require;

2.º Certidão de aprovação no 7.º ano do curso complementar dos liceus (ciências ou letras) ou pública-forma do respectivo diploma;

3.º Atestado de bom comportamento moral e civil (passado pelo administrador do concelho ou bairro, ou pelo regedor da freguesia);

4.º Atestado médico certificando que o requerente tem suficiente robustez física, que não sofre de qualquer moléstia contagiosa e que foi vacinado há menos de 7 anos.



Os Ministérios da Marinha e da Guerra podem, nos termos das leis vigentes, conceder, anualmente, licenças especiais, para se matricularem como alunos ordinários do Curso Superior Colonial, respectivamente, a cinco oficiais da Armada, (1.ºs tenentes, 2.ºs tenentes ou guarda-marinhas tirocinados) e a dez oficiais do Exército de patente não superior a capitão que satisfaçam às condições respeitantes aos documentos supramencionados, continuando em vigor o disposto no art. 4.º e seus parágrafos, da carta de lei de 25 de Setembro de 1908.

O Ministério das Colónias pode, também, conceder, anualmente, licença especial, para se matricularem como alunos ordinários do Curso Superior Colonial, a seis (até seis) dos funcionários das categorias de primeiros, segundos e terceiros oficiais, desde que satisfaçam às condições exigidas para essa matrícula e que tenham demonstrado zelo e competência no exercício dos seus cargos.

A mesma licença pode, também, ser concedida, pelos governadores das colónias aos funcionários dos quadros coloniais que satisfaçam às referidas condições, e dentro dos seguintes limites:

a) Das colónias de Angola e Moçambique, até quatro funcionários em cada ano;

b) Das colónias da Índia, Cabo Verde e Guiné; até dois funcionários em cada ano.



Na Escola Superior Colonial, além do Curso Superior para funcionários civis e militares das colónias, funciona, ainda que provisoriamente, um outro curso para *colonos e empregados do comércio*. Para matrícula neste curso, a documentação a apresentar é a mesma que já está indicada para matrícula no Curso Superior Colonial, com excepção da certidão exigida no n.º 2 a qual, neste caso, deve ser de aprovação no 3.º ano do curso geral dos liceus.



A Escola admite também a *matrícula como aluno livre* em qualquer dos cursos nela professados. Os *alunos livres* podem frequentar todas ou qualquer das disciplinas, mas sem direito a exame final e sim, apenas, com direito a que lhes seja passado em atestado de frequência que é rigorosamente obrigatória.

Para a matrícula como aluno livre, as condições são as seguintes:

1.º Apresentar certidão de aprovação no 5.º ano do curso geral dos liceus, ou certidão de habilitações literárias legalmente consideradas como equivalendo ao curso geral dos liceus;

2.º Apresentar certificado de bom comportamento moral e civil;

3.º Apresentar certificado de registo criminal;

4.º Apresentar atestado médico certificando que o requerente não sofre de moléstia contagiosa e foi vacinado há menos de 7 anos.



O custo da matrícula em cada ano do Curso Superior Colonial é de Esc. 300\$00 e pode ser paga em três prestações.

Os alunos habilitados com o Curso Complementar do Instituto de Missões Coloniais podem matricular-se, gratuitamente, como alunos ordinários do Curso Superior Colonial, e, aqueles habilitados com curso preparatório do referido Instituto podem também matricular-se gratuitamente como alunos ordinários do curso para colonos e empregados de comércio.

Para os combatentes da Grande Guerra, são gratuitas as propinas de abertura e encerramento de matrícula.



Na Secretaria da Escola Superior Colonial, Praça do Rio de Janeiro n.º 21, se atendem os interessados, em todos os dias úteis, e é nesta data muito elevado o número de alunos já matriculados nos diversos anos do Curso Superior Colonial. O prazo para matrícula fecha, impreterivelmente, no dia 30 do corrente e a abertura dos trabalhos escolares terá lugar no dia 16 de Outubro.

Previnem-se os interessados que só serão aceites os requerimentos para matrícula quando devidamente instruídos com todos os documentos exigidos por lei.

Novos aspectos da Africa Moderna

(Conclusão da página 14)

rante séculos disputaram aos portugueses o hinterland de Moçambique?

Sabe-se mas não se acredita; a musculatura dos seus troncos e dos seus braços deveria ser suficiente no entanto para nos vencer das suas origens de guerreiros e caçadores.



Na área da plantação, o sol cai a pino; o ar que sobe da areia é pouco menos quente que o que sai da boca dos secadores de copra. Sob um telheiro, sempre com a precisão de máquina bem ajustada, os negros partem as nozes com pancadas dadas com as costas da macheta; a lâmina resvala pelos dedos sem nunca lhes tocar. A amendoa no seu invólucro escuro é branca como um marfim novo; à saída do secador está um pouco endurecida e depois separada da pele, ela torna-se quasi translúcida... É o ponto final, o último estágio, na colónia antes do porto de embarque.

Por milhares de toneladas, estas nozes de côco, tornadas em copra, são carregadas nos porões de navios ingleses, alemães, italianos ou holandeses—todos, excepto os navios portugueses e franceses—e vão para Marselha para que a nossa indústria os transforme; ultimos, prosaicos e necessários remates destes produtos amadurecidos no cenário dos grandes palmares de Quelimane.

CHRISTIAN DE CATERS

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

OS HOMENS E A CRISE

A crise continua a ser, através de toda a imprensa colonial, a palavra da moda.

As modas são efémeras nos seus aspectos como todas as criações anónimas das multidões. Esta tem durado: não é uma criação dos homens; é uma criação que se impõe aos homens.

Está poluída, está gasta, está insuportável, mas ocupa ainda o primeiro plano na prosa, nas ideias e nas preocupações de toda a gente.

E toda a gente sofre de duas crises: a crise geral, mundial, que justifica um pouco certas atitudes musicais dos homens — e a crise específica, a própria obra dos erros, dos pecados, da infelicidade dum povo, dum grupo, duma firma ou, simplesmente, dum indivíduo.

Em volta da crise mundial reúnem-se Congressos e Conferências: Não se remedia nada, mas come-se bem e viaja-se muito. Agitam-se algumas ideias, tão velhas como a própria crise, mas que ainda têm prestígio intelectual.

Em volta das crises específicas — nem sequer surgem as oportunidades de comer e viajar.

E concluído é por estas que é preciso começar o movimento salvador como é sobre elas também que os homens dispõem de melhores recursos de domínio ou de compensação.

Simplesmente, é necessário que apareçam Homens.

No caso particular das crises específicas das colónias portuguesas, a situação é esta: Estão escritas e faladas todas as palavras que as podem resolver. E só não se têm resolvido porque nos tem faltado os homens.

! É esta é a nossa grande crise!

As colónias exigem, na sua administração e gerência directas, homens à altura dos seus problemas.

Apenas dispõem geralmente de homens — à altura dos seus problemas pessoais.

E daí a crise específica que se arrasta, que dura, que ainda é palavra da moda, quando poderia, pelo menos, ser uma nuvem através da qual algum sol viesse aquecer tanta gente que já desespera de o ver.

Dir-se-ia que há também crise de Homens!

H. G.

Notas do mês

Christian de Caters

Christian de Caters, o brilhante jornalista colonial francês que o ano passado visitou as nossas colónias, tem desenvolvido na imprensa do seu país, e últimamente no jornal *La Liberté*, uma intensa propaganda das nossas colónias.

A série de artigos publicados na *Liberté* e da qual reproduzimos um no presente número, é absolutamente notável e representa um alto serviço prestado por Christian de Caters ao nosso país.

Nós, que tão sensíveis somos perante as calúnias que tantas vezes nos alvejam na Imprensa estrangeira, devemos sê-lo igualmente, em sentido oposto, perante a justiça que nos faz um homem que viu e observou a nossa actividade colonial e que teve a gentileza de emprestar o seu nome prestigioso às referências com que nos honra.

1.ª Exposição Colonial Portuguesa

Prosseguem activamente os trabalhos de organização da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa a realizar no Pôrto no mês de Junho do próximo ano de 1934.

Pelos pormenores do programa já conhecido, sabe-se que o

acontecimento pretende revestir a imponência e a grandeza que importam ao nosso prestígio de grande potência colonial. O Pôrto emprestar-lhe-há a sua tradicional galhardia e arte de bem fazer, embora o ceramen exceda em muito uma expressão local, pois trata-se duma Exposição Nacional que interessará todo o país, do Norte a Sul.

Assim teremos, além duma luzida representação das actividades económicas do Império, a mais completa secção etnográfica que se tem exibido em Portugal.

Todas as colónias enviarão famílias indígenas que serão instaladas em ambientes tão aproximados quanto possível do próprio e a Exposição virá a constituir, para todos os portugueses, aquela lição de colonialismo que tão necessária nos é.

O regulamento da Exposição acaba de ser publicado. A êle nos referiremos no próximo número.

Indígenas no Exército

O *Diário do Governo* publicou o seguinte decreto:

“Considerando que o decreto n.º 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, não regulou a situação dos não indígenas e assimilados aos europeus residentes na metrópole, que não podem ser incorporados nas unidades do exército metropolitano.

Tornando-se necessário estabelecer a forma de os mesmos mancebos serem inspecionados para o serviço militar e o modo de pagar a taxa militar a que são obrigados;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º

da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O § único do artigo 20.º do decreto n.º 19.220, de 9 de Janeiro de 1931, passa a ser o § 1.º, e ao mesmo artigo são adicionados os parágrafos seguintes:

§ 2.º Os mancebos filhos de pai e mãe europeus e de pais não europeus são obrigados à prestação do serviço militar na colónia da sua naturalidade.

§ 3.º Os mancebos de que trata o parágrafo anterior que residam na metrópole e que até 31 de Dezembro, inclusivé, de cada ano, completem dezanove anos de idade e que não possam regressar à colónia da sua naturalidade a fim de prestar a obrigação do serviço militar devem requerer ao Ministro das Colónias, no mês de Outubro do mesmo ano, para serem inspecionados por uma junta de saúde da metrópole. Dos requerimentos deve constar o nome, sobrenome e apelido, profissão ou emprêgo, estado, data do nascimento, naturalidade, morada, filiação e residência dos pais.

§ 4.º Deferidas as pretensões serão os mancebos mandados apresentar à Junta de Saúde das Colónias, que sobre eles tomará alguma das seguintes resoluções:

Apurado:

Definitivamente.
Condicionalmente.

Isento:

Definitivamente.
Condicionalmente.

Os mancebos residentes fora da área do governo militar de Lisboa podem ser mandados apresentar às juntas militares de inspecção das regiões militares, depois de obtida a devida autorização do Ministério da Guerra.

§ 5.º Os mancebos que forem apurados definitivamente deverão requerer anualmente ao governador da colónia da sua naturalidade adiamento de incorporação, fazendo acompanhar o requerimento de um cheque da importância da taxa militar que estiver estabelecida na referida colónia.

§ 6.º Os mancebos que não foram apurados definitivamente, ou que forem isentos, ficarão em tudo sujeitos às disposições do regulamento de recrutamento privativo da colónia da sua naturalidade, devendo o pagamento da taxa militar ser feito por meio de cheque.

§ 7.º Os requerimentos, processos de inspecção e cheques de que se trata neste artigo serão entregues ao comandante do Depósito Militar Colonial, que lhes dará o devido destino.

O artigo 24.º passa a ter a seguinte redacção:

Os não indígenas que se ausentarem para a metrópole ou para outra colónia pagarão a taxa militar a que são obrigados: os primeiros na colónia da sua naturalidade, por intermédio pessoa ou por meio de cheque, os segundos na colónia da sua residência,.

Fundo de reserva do ópio

O *Diário do Governo* publicou o decreto n.º 25.070, que diz o seguinte:

“Considerando que na última Conferência do Ópio, realizada em Bangkok, os representantes de Portugal deram a sua anuência à constituição de uma reserva especial na colónia de Macau, sob a designação de Fundo de reserva do ópio, a qual fôra objecto de parte da recomendação 17.ª da comissão de inquérito da Sociedade das Nações ao tráfico do ópio no Extremo Oriente, e que servirá para no futuro ir substituindo, com o produto dos seus interesses e juros, a parte que venha a perder-se na receita do ópio;

Tendo ouvido o governo da colónia de Macau;

Ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Usando da faculdade conferida pelos números 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É a colónia de Macau autorizada a constituir um fundo de reserva especial que se denominará Fundo de reserva do ópio.

Art. 2.º Constituirão receita do Fundo de reserva do ópio:

a) Uma verba que será anualmente inscrita na tabela orçamental e variável conforme as possibilidades do orçamento da colónia;

b) O produto de 50 por cento dos saldos do exercício de cada ano económico;

c) Quaisquer outras receitas que o governo da colónia entenda dever consignar.

Art. 3.º Para a administração do Fundo de reserva do ópio será constituída uma comissão administrativa, composta pelo director dos serviços de Fazenda, que servirá de Presidente, pelo delegado do Procurador da República e pelo inspector dos serviços económicos.

§ único. O governador da colónia fiscalizará os actos da comissão administrativa, podendo opor-se às suas deliberações

sempre que as julgue contra o interesse da colónia e devendo fazê-lo sempre que seja contra o que se dispõe no presente diploma.

Art. 4.º Compete a esta comissão administrativa:

a) Receber da caixa do Tesouro os fundos que constituem a receita da reserva do ópio e dar-lhes a devida aplicação;

b) Cobrar os juros e outros interesses provenientes da aplicação dos referidos fundos, fazendo-os entrar no Fundo de reserva do ópio;

c) Satisfazer quaisquer encargos derivados da administração do Fundo de reserva, prestando contas anualmente ao Ministério das Colónias e sempre que lhe sejam pedidas;

d) Praticar todos os actos tendentes especialmente à obtenção dos maiores rendimentos e aumento do Fundo de reserva.

Art. 5.º As importâncias que dêem entrada no Fundo de reserva do ópio serão aplicadas:

1.º Na compra de títulos de dívida pública do Estado Português ou das colónias portuguesas, se éstes tiverem garantia do Governo metropolitano;

2.º Na compra de títulos de dívida pública de Estados estrangeiros, com o seu crédito sólidamente garantido representativos de ouro;

3.º Em barras ou moedas de ouro;

4.º Em imóveis de rendimento garantido.

§ único. Em qualquer das espécies referidas nos números anteriores não podem empregar-se mais de 25 por cento das quantias totais que compuzerem o Fundo; a títulos da mesma espécie ou do mesmo Estado não poderão ser aplicados mais de 10 por cento dêsse total, salvo sendo do Estado Português,.

O Decreto 22.793

O *Diário do Governo* publicou a seguinte portaria:

“Tendo em Angola, surgido dificuldades na aplicação de alguns dos preceitos do decreto n.º 22.793, e sendo conveniente esclarecer a sua doutrina para que os fins de ordem económica que o legislador teve em vista sejam atingidos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministro das Colónias, o seguinte:

1.º No cumprimento do artigo 75.º do decreto n.º 22.793 deve observar-se:

a) Que a sua doutrina só se aplica às mercadorias que paguem direitos “ad valorem”;

b) Que não se aplica às mercadorias a que a estatística de 1930 não permita estabelecer um valor rigorosamente individualizado e preciso (não tem aplicação, por exemplo, aos medicamentos, porque não pode ser calculado o valor de cada um isolada e precisamente);

c) Que não se aplica às mercadorias de produção nacional que, por sua natureza, apresentem grandes diferenças de qualidade ou tipo não previstas na pauta (como papel de impressão, tecidos de algodão ou estampado, etc.).

2.º As receitas cobradas em virtude da aplicação do artigo 74.º do decreto n.º 22.793 constituirão fundo especial, que ficará à ordem do governo da colónia no Banco de Angola, não entrando no fundo comum das receitas gerais do Estado. Serão escrituradas em conta especial e entregues pelas estações aduaneiras com guia própria, de modo que se saiba sempre com rigor qual a importância cobrada em cada alôndega, para os fins consignados no § único do artigo 74.º referido. As quantias cobradas em Loanda será dada a aplicação mencionada no artigo 73.º do decreto n.º 22.793, dando entrada no fundo com a aplicação especial indicada no seu § 1.º

3.º O selo que em Angola tem de ser aplicado nos requerimentos deminuirá na quantia em que for aumentado o preço do papel selado pela aplicação do princípio do artigo 1.º do decreto n.º 22.793.

4.º O governador geral de Angola nomeará desde já uma comissão, presidida pelo director dos serviços aduaneiros, que proceda ao estudo das modificações necessárias na pauta da colónia para a transformação, tão extensa quanto possível, das suas taxas em específicas, tendo em atenção a necessária defesa das receitas do Estado e a necessidade de nacionalização da sua economia,.

Diversas

A Associação dos Comerciantes de Angola na Metrópole, oficiou ao sr. Ministro das Colónias, felicitando-o e manifestando-lhe o seu agrado por ver atacados com inteligência e decisão o problema económico do Império Colonial, no decreto que trata da protecção aos produtos coloniais, acrescentando que os referidos comerciantes esperam, que ao lado dêste importantíssimo diploma, outras medidas igualmente precisas e úteis ao desenvolvimento do preconizado intercâmbio, sejam decretadas, pois além da protecção inter-colonial, dizem que seria do maior interesse

para o levantamento do nível económico de todas as nossas colónias a protecção e defesa dos seus produtos na metrópole, citando por exemplo, as oleaginosas que vêm do estrangeiro fazer concorrência às nossas, o caté, que além de se sentir do mesmo mal é falsificado com produtos metropolitanos inferiores; o algodão, o arroz, o tabaco, o canhamo, o trigo, etc., cuja cultura à metrópole incumbe auxiliar.

Queixam-se também dos fretes caros impostos pela navegação nacional, terminando por dizerem que confiam abertamente na alta competência e inteligência do sr. dr. Armindo Monteiro e no espírito que o anima de trabalhar a bem das colónias, esperando que sejam encontrados os meios de se produzir rapidamente um melhor ajustamento das relações comerciais entre as colónias e a metrópole.

• O *Diário do Governo* publicou a portaria n.º 7.687 que inclui várias categorias nas classes da tabela anexa ao decreto n.º 20.260, sobre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares ao serviço das colónias.

• Até Abril próximo foi concedido um bonus de exportação de açúcar às colónias produtoras, cabendo à Sena Sugar, 19.530 toneladas; o Incomati Estates, 5.670.000 e Companhia do Buzi, 6.300.000 (Moçambique).

Angola é autorizada a fornecer a mesma quantidade, mas ela não poderá, por enquanto exportar mais de 24.600 toneladas.

• A compra de algodão aos indígenas foi fixada em 1\$40 o quilo do de 1.ª classe e em 1\$10, o de 2.ª classe.

• Foi recebida comunicação que o Comité dos obrigacionistas estrangeiros dos caminhos de ferro de Ambaca, com sede na Holanda, regeitou a proposta feita pela Companhia dos referidos caminhos de ferro acerca da questão das obrigações emitidas por ela, em harmonia com o acordo com o Governo Português.

• Segundo telegramas recebidos no Ministério das Colónias, a produção algodoeira nas nossas colónias foi muitíssimo superior à do ano anterior.

• Foi enviado um telegrama a todos os governadores das nossas colónias, para nomearem os seus delegados no Conselho das pautas Ultramarinas.

Cabo Verde

Foi aprovado um crédito de 500 contos para ocorrer aos encargos com os trabalhos públicos a realizar em Cabo Verde, para atenuar a crise agrícola que ali lavra e especialmente para empregar grande número de desempregados que se encontra na ilha de S. Vicente, onde também há grande crise devido à diminuição do movimento comercial do porto.

Vai-se imprimir toda a actividade na construção e reparação das Estradas em todo o arquipélago, em especial na ilha de S. Vicente.

• O governo de Cabo Verde, em virtude do incremento que está tomando a lepra, nas ilhas daquele arquipélago, vai adoptar as necessárias medidas de profilaxia, para combater aquela horripilante doença, tencionando mandar construir, pelo fundo de Fomento, gafarias em alguns pontos das referidas ilhas.

• O governador de Cabo Verde, seguiu para a ilha de S. Vicente, a fim de ver quais as obras mais urgentes a executar, no intuito de empregar nessas obras o maior número possível de desempregados que se encontram naquela ilha.

• Vão ser abertos trabalhos em Cabo Verde, a fim de proporcionar trabalho aos desempregados, devendo as primeiras obras efectuarem-se na ilha de S. Vicente.

• Em assembleia geral, foram eleitos os seguintes corpos gerentes da Associação dos Empregados no Comércio, Indústria e Agricultura do Amboim, organismo de classe de beneficência, com sede em Gabela (Amboim):

Presidente—Carlos de Portugal Sanches de Chatillon; Secretário—Armando de Carvalho Bayão Marçal Correia; Tesoureiro—Luiz Gomes Moutinho; 1.º Vogal—Artur Alberto Jácome Leite Pereira de Melo e Alvim; 2.º Vogal—José Henriques Castanheira Júnior; Suplentes—Francisco Pereira Peixoto Fonseca e Francisco Campos.

• Segundo notícias de Cabo Verde, tem ultimamente aumentado o tráfego marítimo em S. Vicente.

• Está em estudo a rede de estradas a construir em Santo Antão (Cabo Verde), ligando entre si várias e importantes povoações, para o fácil escoamento dos produtos por qualquer dos portos, logo que sejam construídas as estradas de penetração nas ribeiras.

Guiné

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias acerca da interpretação a dar à Carta Orgânica da Guiné, na parte rela-

tiva às atribuições da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas, quanto aos serviços de arrolamento e cobrança do imposto de palhota.

• O governador da Guiné, em vista da dificuldade das transferências, vai entabolar negociações com o governo da colónia de Cabo Verde, para que parte da dívida da Guiné àquele arquipélago, que orça por uns dois mil contos, seja paga em géneros.

• O mesmo governador está apurando o montante da dívida da colónia às outras colónias, tendo já averiguado pelas contas da fazenda que essas dívidas são menores em comparação ao apuramento que em tempo se fizera.

• Vai ser publicado um diploma reorganizando o ensino secundário na colónia de Cabo Verde, em harmonia com as disposições contidas no decreto n.º 15.279 de 12 de Março de 1927.

S. Tomé

O governo de S. Tomé comunicou que vai enviar ao sr. Ministro das Colónias uma exposição detalhada acerca dos serviços de fazenda daquela colónia.

Angola

Foram mandados fazer os estudos preliminares sobre as correntes da baía de Luanda, alterações do fundo e calemas, para construção de ponte-cais de Luanda, cujo projecto foi apresentado em tempo, pela casa Gruen & Bilfinger, conforme noticiamos.

• Com o sr. Ministro das Colónias teve uma demorada conferência, o vogal da Camara Municipal de Lisboa, sr. major Salvação Barreto, sobre a importação de gado de Angola, para fornecimento de carne a Lisboa.

• O governo de Angola propôs para que as licenças gratuitas a que têm direito vários funcionários, possam ser gozadas na própria colónia.

• O sr. Ministro das Colónias tenciona criar em Angola uma colónia prisional destinada ao cumprimento das penas impostas pelas autoridades judiciais daquela colónia.

• Pela Associação Comercial de Benguela foi remetida ao sr. Ministro das Colónias uma detalhada exposição pedindo para ser aumentado o pessoal da alfândega daquele distrito, em consequência do aumento sempre crescente da importação e exportação que por aquela alfândega se vem fazendo, pedindo também para ser restabelecido na respectiva comarca o 2.º ofício, em vista do grande movimento judicial que há, cuja demora nos processos causa grande transtorno.

• Acerca do projecto apresentado pela casa Gruen & Bilfinger, para a construção da ponte-cais de Luanda, a que nos referimos, já tem o parecer do vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, tendo essa obra sido orçada em 10.000 contos.

• Segundo telegrama recebido de Angola, tem aumentado muito a produção e exportação de óleo e outros produtos extraídos de peixe naquela colónia.

• Os exportadores de café reclamaram contra a inexactidão das colações que deste produto colonial em Lisboa são fornecidas em Luanda pelo Fundo Cambial.

• Foram classificadas regiões produtoras de milho as de Benguela, Catete, Malange e Quanza Sul; e fixados, como segue, os tipos, a exportar, daquele cereal: brancos e amarelos, formando uma classe; misturas, outra; os redondos, em primeira, segunda e terceira classes; e os chatos, idem, idem. Nas principais regiões vão, também, ser criados sindicatos de cereais.

• A Associação Comercial, Industrial e Agrícola do enclave de Cabinda instou do governo pelo apetrechamento do porto de Cabinda e que sejam iniciadas as obras do porto de Landana.

• Por virtude das contas que estão sendo apuradas pelos serviços de Fazenda de Angola, os Ministérios do Interior, Justiça e Guerra são devedores à Colónia de Angola de quantia superior a 20.000 contos. Também se apurou que a dívida de Angola a Moçambique é muito inferior àquela que lhe é atribuída pelas contas apresentadas pelos serviços de fazenda da colónia oriental de África.

• Começaram a ser pagas, aos comerciantes de Angola, as importâncias em dívida, quando da entrega em 1920 das armas e pólvora que possuíam, ao Estado.

Segundo uma rectificação feita a importação e exportação de mercadorias em Angola, no ano de 1932, foi respectivamente de angolares 199.877.546 e 191.489.488.

• A Associação Comercial de Benguela oficiou ao sr. Ministro das Colónias agradecendo-lhe a publicação do decreto que criou o Grémio do Milho, medida considerada de grande alcance e de protecção ao comércio daquele cereal.

Moçambique

Segundo reclamações vindas de Moçambique, sabe-se que devido ao abandono do padrão-ouro, tem aumentado consideravelmente o custo de vida nos territórios da Companhia de Moçambique, atingindo esse aumento os géneros de primeira necessidade 16,5 %.

• Teve deferimento o requerimento em que o Príncipe Felix de Luxemburgo e Edmond Ruffes pediam licença para a instalação de três fábricas para descaroçamento e prensagem do algodão.

• A Companhia de Moçambique, em consequência de haver alguns milhares de toneladas de milho para exportar e atendendo a várias reclamações do comércio exportador autorizou a exportação desse cereal.

• Vai ser publicado brevemente o regulamento da Junta de Crédito Agrícola e Industrial da colónia de Moçambique.

• As receitas aduaneiras de Moçambique em 1932, foi de 68.337.332\$00 e libras 60.857-0-0.

• A Companhia de Moçambique determinou que os vales provinciais e inter-provinciais, emitidos nos seus territórios, só possam ter respectivamente os limites máximos das quantias equivalentes a 500\$00 e 5.000\$00 metropolitanos.

• Durante o ano de 1932, entraram, no porto da Beira, 556 navios, e saíram 560 de onze nacionalidades diferentes, com cerca de 3.000.000 de toneladas. Foram embarcadas toneladas 305.121 de carga e, desembarcadas, 165.974. O movimento de passageiros foi de 10.166.

• Para o combate à doença do sono a Companhia de Moçambique autorizou a despesa de 13.000 libras. Nestes serviços mantém a Companhia treze médicos, quatro enfermeiros europeus e oito nativos, doze guardas e cinquenta serventes. Este pessoal foi distribuído pelos distritos de Tete, Moçambique e Cabo Delgado.

• Foi aprovada a abertura de um crédito extraordinário para se ultimar na colónia de Moçambique a campanha anti-acridiana, a que já aludimos.

Índia

Vai ser permitido aos funcionários do efectivo, ou reformados do Estado da Índia, fazerem adiantamentos na Caixa Económica Postal do mesmo Estado, até 30 % dos seus vencimentos, adiantamento, que será pago em prestações e variando o juro conforme a idade do funcionário.

• Foi aprovada a proposta para a construção, em vários pontos da Índia, de edifícios destinados a escolas primárias a fim de desenvolver esse ensino naquele Estado.

• Segundo comunicação recebida da Índia, o estado sanitário ali tem melhorado consideravelmente havendo poucos casos de cólera a registar nos pontos onde apareceu não se tendo alastrado, graças às energias e urgentes providências que se tomaram, tornando-se obrigatória a vacinação de todas as pessoas que tivessem feito assistência aos atacados e aos que estiveram em contacto com os doentes ou com os que o assistiram.

Também foram dadas terminantes ordens, conforme o número de atacados, a proceder-se à vacinação de todos os habitantes da localidade ou localidades onde a epidemia mais se alastrou.

A campanha tem sido dirigida por meio de brigadas sanitárias com médicos, enfermeiros e alunos da Escola Médica.

• O presidente do comício que se realizou em Bombaim, telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, o seguinte telegrama: "Conselho de Portugal em Bombaim, comunicou que o Governo Geral da Índia, atendendo ao nosso pedido propôs num diploma legislativo a abolição das distinções de castas e privilégios existentes nas várias confrarias de Goa. Constando que partidários daquelas distinções procuram impedir a aprovação daquele diploma rogamos a V. Ex.^a e Governo Português banir o mal existente há séculos estabelecendo igualdade todos os católicos e intervindo junto Vaticano caso seja necessário. Em nome do povo de Goa agradecemos imposição destas medidas que deixarão na governação de V. Ex.^a gravadas a letras de ouro nos anais da Índia Portuguesa."

• O governo da Índia propoz que fiquem sujeitas, naquele Estado, ao imposto especial de 3 % "ad valorem", quaisquer drogas importadas, produtos químicos e medicamentos, especializadas ou não, de origem estrangeira, quando cativos de direitos de importação. Este imposto não poderá exceder a importância dos direitos e será cobrado, também, pelas alfândegas.

• Está em estudo o regulamento do corpo de Polícia Cívica que vai ser criado na Índia Portuguesa.

Macau

O liceu de Macau vai passar de Central a Nacional, mas os cursos complementares só deixam de funcionar no referido liceu,

a partir do ano lectivo de 1935-1936 inclusivé, a fim de os alunos, que frequentam esse curso, não ficarem prejudicados.

Por motivo desta deliberação do Governo Central, foi ontem recebido no Ministério das Colónias, um telegrama enviado por uma comissão, em que é pedida a suspensão da publicação desse decreto, dizendo que esse curso é actualmente frequentado por 20 alunos, além dos ouvintes, cujo liceu serve para administrar a instrução secundária a portugueses do Extremo Oriente e aos alunos da colónia de Timor, pois que essas nossas colónias não possuem uma só escola secundária particular portuguesa e que a frequência do mencionado liceu no corrente ano é de 160 alunos, terminando que seja mantido com a categoria de Central esse estabelecimento de ensino, como sucedeu ao de Cabo Verde.

• Ao sr. Ministro das Colónias foram enviadas, pelo governo da Colónia, sugestões tendentes a facilitar o comércio entre Macau e a Metrópole.

• Foi concedido um subsídio de 1.500 patacas à Associação Protectora dos Jovens Pobres Macaenses; e proposto um subsídio semelhante, de 1.200 patacas, à Liga Portuguesa de Hong-Kong.

Timor

Foi criado na colónia de Timor, para funcionar no Banco Nacional Ultramarino e a seu cargo, o "Fundo Cambial da Colónia", fundo que fica sujeito ao Conselho de Câmbios, e será dirigido por uma comissão composta de um presidente a nomear pelo governador, pelo chefe das alfândegas da colónia, pelo gerente da filial do Banco Nacional Ultramarino e por um representante do Comércio e da Agricultura, a fim de regular as transferências relativas a essa colónia.

• Chegou ontem a Dili (Timor) o inspector dos correios sr. Barreto, que vai ali proceder a um inquérito aos serviços telegrafo-postais da colónia e proceder depois à elaboração de uma proposta de reorganização dos mesmos serviços.

• Continuam sendo feitas experiências com o petróleo da região de Manatuto, com resultados optimistas.

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Setembro, segundo informações do Banco Nacional Ultramarino, do seu correspondente em Londres, foram as seguintes:

Amenpoim: Africa Oriental—Nota-se firmeza no mercado. Os tipos Dar-es-Salaam e Moçambique cotam-se a £ 9.16.3., havendo vendedores a £ 10.-.

Gergelim: Africa Oriental—O gergelim branco e/ou amarelo cota-se nominalmente a £ 10.10.0., e o tipo mixto a £ 9.15.0. Os vendedores pedem £ 10.10.0 pelo tipo mixto e £ 11.10.0 pelo gergelim branco e/ou amarelo, mas a procura é quasi nula.

Linhaça: Africa Oriental—Cota-se nominalmente £ 11.0.0. a tonelada; embarque para Londres ou Hull.

Ricino: Africa Oriental—O mercado mostra-se com fraca tendência. Cota-se nominalmente £ 9.12.6. a tonelada, embarque para Hull, ou £ 9.5.0., embarque para Antuérpia.

Maturra: Africa Oriental—Cota-se este género a £ 4.- por tonelada, embarque para Marselha.

Coconole: Mercado mais frouxo. Há vendedores a £ 8.5.0., mas os compradores só querem pagar £ 8.1.3. até £ 8.2.6., por tonelada, cif.

Oleo de palma: O mercado está mais estável. Há vendedores do tipo Lagos, para embarque, a £ 15.15.0 a tonelada. Os "brands", (disponível) têm sido vendidos a £ 14.17.6., havendo mais vendedores a £ 15.-. Cota-se £ 15.5.0., embarque Setembro-Outubro (vendedores). "Médios", para embarque, cotam-se a £ 16.- até £ 16.5.0. e o tipo Sherbro Vermelho a £ 15.5.0. por tonelada.

Sisal: Africa Oriental—O mercado, durante a semana, tem-se mostrado estável, transaccionando-se em escala moderada. Houve, porém, em fins da semana, retraimento da parte dos compradores, parecendo que já cobriram as suas necessidades. O tipo N.º 1 cota-se a £ 18.5.0. por tonelada (disponível e em trânsito)—embarque Setembro-Novembro Outubro-Dezembro £ 18.-, embarque Janeiro-Março £ 18.2.6. O tipo N.º 2 vale menos £ 0.10.0. por tonelada, enquanto que o tipo N.º 3 se cota à volta de £ 17.-.

Estopa: Africa Oriental—Algumas partidas de tipo N.º 1 (disponível) tem sido colocadas a £ 14.5.0. a tonelada. Há compradores, ao mesmo preço, embarque para Londres, e a £ 14.- embarque para o Continente da Europa.

Algodão: Africa Oriental—O mercado tem estado calmo, pois os fiandeiros não se mostram dispostos a comprar, mas, apesar disso, efectuaram-se vendas isoladas de bastante importância.

Fecho do mercado de Liverpool, em 15-9-33, médio americano (padrão): — disponível 5.22, Outubro 5.22, Novembro 5.21, Dezembro 5.24, Janeiro 5.26, Fevereiro 5.24, Março 5.30, Abril 5.32, Maio 5.34, Junho 5.36, Julho 5.38, Agosto 5.39 e Setembro 5.40.

Copra: O mercado está firme. Cota-se o tipo Moçambique FMS a £ 9.10.0., Straights, embarque para Rotterdam, a £ 10.7.6.— embarque Outubro, a £ 10.10.0. (compradores), Ceylão FMS, para 5 portos, a £ 11.— (Setembro) CIF Filipinas FMS, a £ 9.10.0.

Borracha: O mercado abriu calmo e ligeiramente mais fraco, mas, mais tarde, se manifestou um tom de firmeza, havendo poucas alterações nos preços. Fecho do mercado em 13-9-1933, folha de plantação: — disponível 3-19/32, Outubro-Dezembro 3-21/32, Janeiro-Março 3-3/4, Abril-Junho 3-27/32 por lb. Movimento dos portos, durante a semana finda em 9-9-1933: — Londres: importação 565 toneladas, entregas 780 toneladas, existência 39,257 toneladas. Liverpool: — importação 420 toneladas, entregas 473 toneladas, existência 57,213 toneladas, contra 39,472 e 57,266 toneladas na semana anterior.

Cacau: O mercado do disponível está quieto, mas os preços mostram firmeza. Cota-se para embarque: — S. Tomé 28s.Od. CIF, Superior da Baía 26s.6d. CIF, Trindade 28s.Od. até 30s.Od. Eppaa Arriba 48s.6d. Costa Rica 30s.Od. CIF.

Calé: O mercado continua mantendo-se num estado quieto mas firme. Não há alteração de maior nos preços.

Miño: África Oriental—O mercado está estacionado, não havendo nem compradores nem vendedores. A título de indicação, damos a cotação de 22s.Od. para o tipo branco chato N.º 2.

Informações Coloniais do Estrangeiro

SARREBRUCK, 2 — A Liga Colonial Alemã, que se encontra aqui reunida, reclamou a restituição a Alemanha, das colónias que os tratados de paz entregaram à França e à Inglaterra.—(Havas).

Livros e publicações

Com a regularidade e a magnífica organização habituais saiu o *Anuário de Estatística Comercial da Colónia de Moçambique*, referente ao ano de 1932. É um volume que, como os anteriores honra os serviços de Estatística da Colónia, sem dúvida e de longe, os melhores e mais bem montados das Colónias portuguesas.

— Publicou o sr. Manuel Rezende um pequeno livro de quadras africanas sob o título sugestivo de *Negra*. São quadras leves, agradáveis com o sabor fresco deste género de literatura e o sabor tropical da sua origem.

O que mais importa salientar é, sem dúvida, o facto de se tratar dum livro africano e que a nossa África se começa a desentranhar dos motivos literários tão exuberantes de que dispõe.

— Recebemos igualmente e agradecemos:

Boletim da Agência Geral das Colónias.

Revista Portuguesa de Comunicações.

Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Revista de Artilharia.

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

O Lobito.

O Brado Africano.

O Direito.

Voz do Planalto.

Comércio da Beira.

Notícias de Huila.

Comércio de Angola.

Acção Colonial.

Heraldo de Nova Gôa.

La Quinzaine Coloniale.

L'Essor Colonial et Maritime.

Le Colon Français.

L'Azione Coloniale.

African World.

A inauguração do Curso lectivo na Escola Superior Colonial

Uma homenagem ao Prof. Lourenço Cayola

Sob a presidência do sr. Ministro das Colónias realizou-se no dia 16 a abertura solene das aulas da Escola Superior Colonial já instalada no seu novo edifício à Praça do Rio de Janeiro.

A cerimónia que obedeceu às velhas praxes da Escola, tendo discursado o Prof. Lopo Vaz, com o brilho que lhe é peculiar, e um dos alunos premiados teve este ano a dar-lhe relêvo especial a justa homenagem prestada ao Prof. Lourenço Cayola que abandona o ensino por ter atingido o limite de idade.

Ao ilustre professor, a quem pelo sr. Ministro das Colónias foi imposto o grande officialato de Cristo com que o governo o condecorou, manifestaram o Ministro, os professores e alunos da Escola o reconhecimento que é devido à sua larga e honrosa tarefa de professor e escritor, à sua vida exemplar de jornalista, de político e de trabalhador.

A *Portugal Colonial* que a esta homenagem se associa de todo o coração felicita a Escola Superior Colonial pela gentileza da homenagem com que honra um dos seus melhores servidores e com que se honrou a si própria.

PRIMAVERA, L.^{DA}

CAMBIO—MOEDAS—TÍTULOS E COUPONS

EXTRACÇÕES SEMANAIS

1.º PRÉMIO

400.000\$00

BILHETES A 180\$00

FAZEI OS VOSSOS PEDIDOS À FELIZ CASA

PRIMAVERA, L.^{DA}

Largo do Corpo Santo, 30

ENDEREÇO TELEGRÁFICO—CAMBIOS



TRABALHOS TIPOGRAFICOS EM TODOS OS GÉNEROS * ENCADERNAÇÕES SIMPLES E DE

* * LUXO * *

Telefone 23775 PEÇAM ORÇAMENTOS

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio		Índice-médio	Agosto	Agosto
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.636	1.754	1.210

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Agosto de 1933 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em caixa	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	424.992	2.353.189	—	—	5.678.112	1.623.919
Banco do Comércio e Ultramar	31.385	211.000	1.131.594	1.115.217	363.505	1.156.170
Banco N. Ultramarino (Sede)	5.534.859	1.570.518	71.948.908	63.470.467	40.791.595	67.533.788

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1933
		15 de Janeiro	15 de Agosto
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol	»	62\$00	—
Cacau escolha	»	36\$00	26\$00
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo	»	124\$00	(d) —
Café de Ambroz	»	123\$00	(d) —
Café de Encoje	»	116\$00	(d) —
Café do Cazengo	»	120\$00	48\$00
Coconote	»	33\$00	15\$00
Copra	»	42\$00	15\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(c) 21\$00
Rícino	»	27\$00	17\$00
Gergelim	»	34\$00	20\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	4\$50
Cera	»	16\$00	(f) 8\$50
Cola	»	6\$00	1\$40
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho	»	\$94	\$60
Coiros	»	15\$00	4\$50

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.ª qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Julho de 1933

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1933	1933	1933	1933
	Agosto	Janeiro a Agosto	Agosto	Janeiro a Agosto
Reexportação :				
Cacau	902.173	6.216.272	2.043.460\$00	15.525.732\$00
Café	31.137	1.655.942	111.288\$00	7.139.243\$00
Cera	112.596	809.976	867.091\$00	6.053.245\$00
Outras mercadorias	140.321	954.407	218.783\$00	1.670.137\$00
Total	<u>1.886.227</u>	<u>9.636.597</u>	<u>3.240.622\$00</u>	<u>30.390.757\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	71.797	—	193.700\$00
Café	4.056	948.826	16.100\$00	4.495.316\$00
Cera	24.197	211.418	187.200\$00	1.308.390\$00
Óleos de palma e côco	377.388	625.144	357.310\$00	677.390\$00
Outras mercadorias	322.575	1.944.919	434.810\$00	2.883.472\$00
Total	<u>728.216</u>	<u>3.802.104</u>	<u>995.420\$00</u>	<u>9.558.268\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

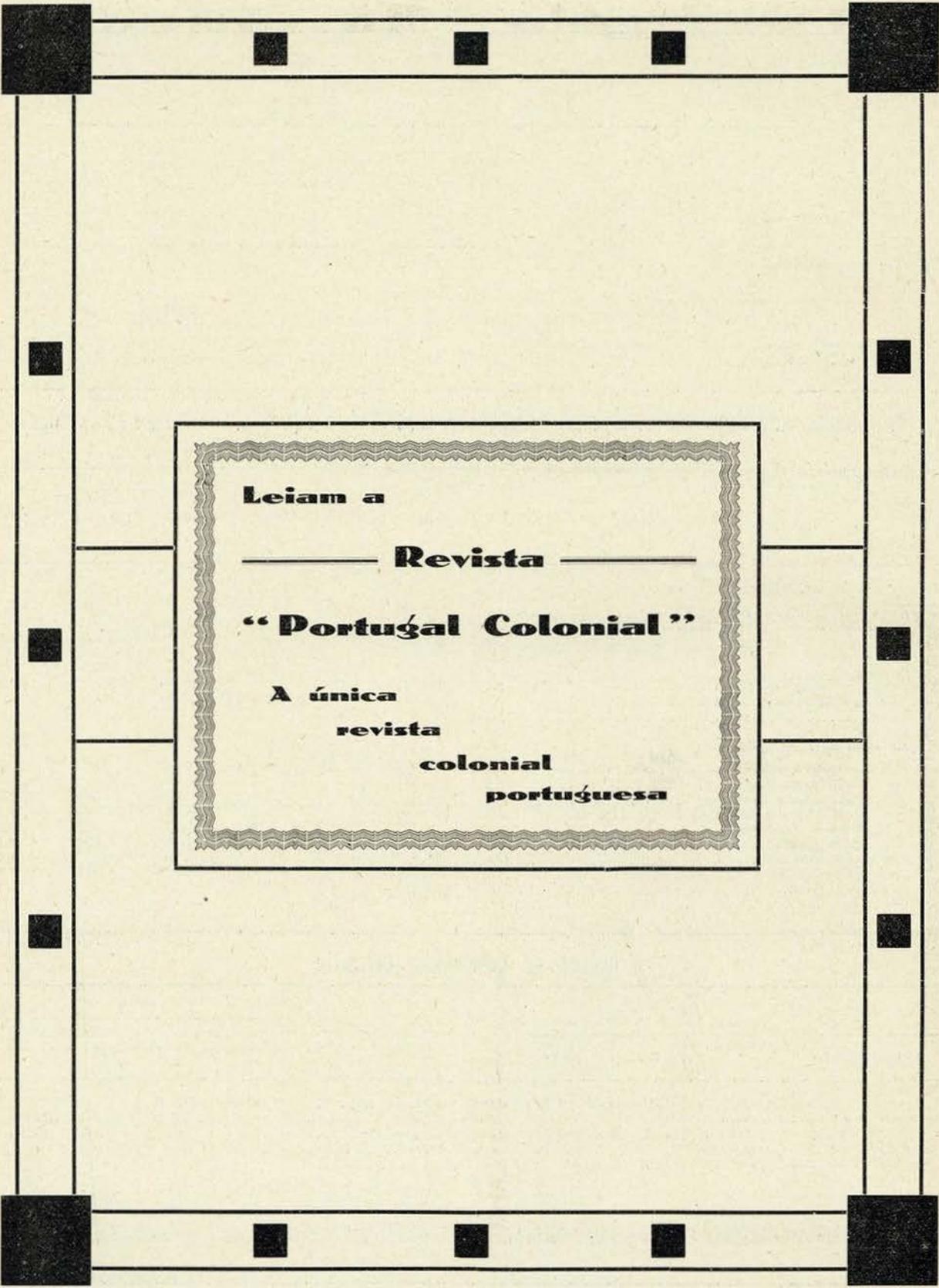
Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Agosto de 1933

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	89.629	11.898	1.691.793	—	—	—
Açúcar	10.983.911	—	—	25.930.116	—	—
Café	2.099.565	12.524	—	514	153.671	325
Trigo em grão	7.098.461	—	—	—	—	—
Peles em bruto	531.439	13.560	112.417	75.992	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	225.772	—	—	858.861	—	5.070
Sementes oleaginosas	3.422.543	1.646.509	15.714.565	1.125.262	2.934.840	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	5.727	247	335	8.263	287	1.636
» da Madeira	549	—	—	67	—	—
» comuns tintos (decalitros)	406.466	14.619	57.243	322.053	35.186	23.850
» brancos (decalitros)	96.687	3.082	9.202	298.175	4.178	1.883
» licorosos (decalitros)	5.271	1.237	333	1.337	159	7.745
Conservas de vegetais	132.593	2.076	13.720	180.363	7.198	6.547
Sardinhas em salmoura	1.106	35	—	1.234	—	404
Conservas de sardinha	32.909	1.612	10.130	124.046	4.585	4.999
Conservas de peixe	1.699	725	—	7.750	264	—
Cortiça em rolas	626	88	66	1.037	66	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 de Setembro		15 de Outubro	
						C.	V.	C.	V.
—	30\$00	17-10-1927	1926	L. 14\$67	Agricultura do Cazengo	250\$00	252\$00	—	—
115\$00	100\$00	25-6-1933	1932	L. 7\$00	Agricultura das Neves	—	60\$00	85\$00	100\$00
105\$00	75\$00	11-3-1930	1929	L. 20\$00	Agricultura Colonial (Soc.)	—	—	72\$00	82\$00
280\$00	190\$00	19-4-1933	1932	L. 11\$15	Açúcar de Angola	—	—	250\$00	—
50\$00	20\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror	—	—	—	—
12\$00	8\$50	—	1927	—	Cabinda	—	—	—	—
48\$50	41\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1.ª Em.	41\$20	41\$70	42\$20	42\$80
46\$50	40\$50	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2.ª Em.	—	—	—	—
18\$00	10\$00	1-4-1933	1932	L. 10\$00	Colonial de Navegação	—	—	10\$00	18\$00
154\$00	135\$00	18-4-1933	1932	L. 7\$00	Ilha do Príncipe	144\$00	148\$00	144\$00	146\$00
15\$00	10\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	—	—	—	—



Leiam a

Revista

“Portugal Colonial”

A única

revista

colonial

portuguesa